
Contribuições de Stáline para a Ciência Militar e Política Soviética (III)*

• Ulrich Huar

Cooperação e luta de classes na coligação anti-hitleriana em 1944 A missão libertadora do Exército Vermelho

Na sequência da ofensiva na Primavera, as tropas soviéticas avançaram até à sua fronteira ocidental. Em Abril de 1944 alcançaram o sopé dos Cárpatos, as fronteiras com a Checoslováquia e a Roménia, numa largura de 200 quilómetros. Em 21 de Julho, o Exército Vermelho atingiu a fronteira com a Polónia, a 22 de Julho libertou Chelm e a 24 de Julho Lublin.

A irrupção das contradições de classe na coligação anti-hitleriana, que já se esboçava em 1943, depois de Stalingrado e de Kursk, tornou-se evidente em 1944, inicialmente nos Balcãs e na Polónia.

As contradições de classe na coligação anti-hitleriana também caracterizaram a luta de resistência antifascista, respectivamente nos países ocupados pelos fascistas e nos estados satélites da Alemanha fascista, nos quais as relações de força das classes eram diferentes e mutáveis. Nos países do Sudeste europeu,¹ as classes exploradoras dominantes, com os seus governos despóticos anteriores à guerra, que oprimiam brutalmente qualquer movimento democrático dos operários, camponeses, intelectuais e mesmo estratos da burguesia liberal, eram odiadas pelas massas populares. Os partidos comunistas, enquanto forças democráticas decisivas nos movimentos anti-oligárquicos e antifascistas, agiam nas condições da clandestinidade. Os seus militantes encontravam-se na sua maioria nas prisões ou em campos. A única excepção era a Checoslováquia, onde a burguesia exercia o seu poder na forma de uma democracia parlamentar.

Paralelamente à estrutura de classes em si contraditória, ainda havia diferenças nacionais, até contradições, na Roménia, Hungria, Checoslováquia, Grécia, Bulgária,

* A tradução que aqui apresentamos refere-se à parte inicial do capítulo IV desta obra de Ulrich Huar, (da qual já publicámos o capítulo I em duas partes), editada na Alemanha por Ernst Thälman Verlag, Berlim, 2006. Contamos concluir brevemente a publicação deste capítulo IV. (N. Ed.)

¹ A Europa Ocidental não será tratada no presente trabalho.

especialmente na Jugoslávia. Se bem que os movimentos de resistência antifascistas se revelassem homogêneos na sua luta contra o ocupante, a composição era heterogênea quanto à classe. Por isso, em regra, ao lado dos movimentos populares democráticos havia grupos de resistência burgueses, monárquicos e nacionalistas. Isto também é válido para o movimento de guerrilha.

A influência da União Soviética nos movimentos de resistência antifascistas também variava de país para país. Especialmente depois de Stalingrado e de Kursk, a União Soviética, muito bem vista entre a população do Sudeste europeu, deu asas ao movimento de libertação antifascista, em particular à guerra de guerrilha, que era apoiada energeticamente pelo Exército Vermelho.

Quanto aos búlgaros, sérvios e gregos acrescia o facto de que já eram tradicionalmente amigos dos russos, desde as guerras turcas. Isto também era válido para grande parte dos eslovacos. Na Polónia existiam sentimentos anti-russos e anti-soviéticos herdados historicamente e fortes sentimentos nacionalistas entre as massas populares, que podiam ser utilizados pelas forças restauracionistas para objectivos reaccionários.

Mas, também na Polónia, a influência e o prestígio dos partidos comunistas cresceram com a vitória do Exército Vermelho.

A derrota do exército fascista alemão e das suas forças reaccionárias colaboracionistas nos países ocupados criou condições favoráveis para as mudanças revolucionárias democráticas, que puderam ser aproveitadas pelos comunistas e outras forças progressistas de estratos não proletários. Onde o Exército Vermelho chegou, pôde defender estes movimentos populares da intervenção do exterior. Principalmente nos Balcãs existia o perigo de intervenções externas, em primeiro lugar por parte do governo britânico. Churchill desempenhou um papel determinante nessa vontade de intervenção. Churchill, enquanto representante político do imperialismo britânico, estava interessado na restauração das antigas relações de poder nos Balcãs e na Polónia.

Na luta de libertação nacional contra o ocupante alemão inflamou-se também o combate entre restauração e progresso social. Enquanto se travou a luta contra o ocupante alemão, foram possíveis compromissos entre os movimentos populares dirigidos pelos comunistas e as forças burguesas restauracionistas. Completada a libertação nacional, irrompeu uma luta de classes aberta entre a burguesia e o proletariado.

Grécia

Mesmo de acordo com fontes do *Foreign Office* da Grã-Bretanha (MNE), insuspeito de simpatias comunistas, os governos da Jugoslávia e da Grécia eram odiados por largos sectores da população.²

² «(...) *unpopular among large sections of the population*». Sir Liewellyn Woodward, *British Foreign Policy in the Second World War*, Londres, 1962. Her Majesty's Stationary Office, p. 350. De seguida citado como L. Woodward.

Os comunistas, que tinham sido em ambos os países empurrados para a clandestinidade pelos regimes despóticos, ganharam autoridade depois da entrada na guerra da Rússia (leia-se: depois do assalto da *Wehrmacht* fascista alemã à União Soviética, UH). Dominavam os movimentos de resistência.³

O rei da Grécia, Jorge II, e o seu Governo fugiram para o Egipto imediatamente a seguir à invasão das tropas alemãs (6 de Abril de 1941) e formaram aí um Governo no exílio. Por iniciativa do Partido Comunista, as forças democráticas de todos os estratos do povo uniram-se no movimento de libertação nacional (*EAM*, de acordo com a sigla grega) a 27 de Setembro de 1941.

Os ocupantes fascistas alemães criaram um governo marioneta, encabeçado pelo general G. Tsolakoglou, que, em 1943, recrutou tropas entre a população grega e colocou-as em combate contra a União Soviética.

Nos combates contra os ocupantes fascistas alemães e o governo marioneta traidor de Tsolakoglou, os patriotas gregos, sob a direcção do PC da Grécia, uniram os diferentes grupos de guerrilha no Exército de Libertação Popular Nacional (*ELAS*), que, até meados de 1943, libertou um terço da Grécia continental. Isto não teria sido possível sem o enérgico apoio da maioria do povo. Em 10 de Março de 1944, os patriotas gregos formaram o Comité Nacional de Libertação (*PEEFA*). Nas eleições para o Conselho Nacional do *PEEFA* participaram 1,8 milhões de pessoas, mais de 80 por cento dos cidadãos eleitores. No Conselho Nacional estavam representados todos os estratos do povo. Sob pressão do governo britânico, em Maio de 1944, o *PEEFA* deu o seu acordo a um governo conjunto com o Governo no exílio formado no Egipto, sob a direcção do social-democrata G. Papandreou. Em 2 de Setembro de 1944, este Governo foi constituído no Cairo.

Aos comunistas e representantes do *ELAM* unidos no *PEEFA* tinham sido prometidos 25 por cento dos mandatos. Isto não representava de forma nenhuma as reais relações de maioria no povo. Os partidos burgueses, que não haviam participado na luta da resistência e se tinham comportado de forma expectante e até cooperante com a potência ocupante alemã, obtiveram a maioria absoluta no «Governo de Unidade Nacional», através deste compromisso imposto ao *PEEFA*.

Face ao rápido avanço do Exército Vermelho nos Balcãs, as tropas ocupantes alemãs foram obrigadas a retirar da Grécia. Apesar de todas as intrigas dos partidos conservadores e restauracionistas e do comando do exército britânico, o *ELAS* soube aproveitar a retirada das tropas alemãs para libertar a Grécia, com excepção de algumas ilhas, no início de Novembro de 1944. Cumprido o programa da Frente de Libertação Nacional (*EAM*), apoiado pela maioria do povo, devia agora ser completada a revolução democrática, anti-imperialista. Através dela a hegemonia do imperialismo britânico na Grécia e no Mediterrâneo oriental seria pelo menos reduzida, senão mesmo suprimida. O lado britânico queria impedir isto a todo o custo. O *Foreign Office* constatava com pesar que uma intervenção armada na Jugoslávia contra Tito não era possível, mas na Grécia sim. Na perspectiva do *Foreign Office*, o Governo britânico teria de utilizar a força, no entanto, assim nos

³ «(...) *dominate the Resistance Movements*», idem, *ibidem*.

assegura Sir Liewellyn Woodward, não havia a mínima dúvida de que a maioria da nação grega saudaria a ingerência.⁴

O Governo britânico nunca se embaraçou a justificar as intervenções imperialistas.

Em 13 de Outubro de 1944, tropas britânicas aterraram em Atenas e no Pireu. Provocações do lado do exército de intervenção britânico, sob o comando do general Scobie, e de políticos e oficiais gregos restauracionistas conduziram à sublevação do *ELAS*.

Agora Churchill estava no seu elemento. Na noite de 4 para 5 de Dezembro autorizou telegraficamente o general Scobie a reprimir pela força os movimentos populares.

Nas suas memórias, Churchill vangloria-se retrospectivamente da sua intervenção pessoal nos combates na Grécia. As instruções transmitidas por telegrama ao general Scobie são claras; estão assim documentadas as afirmações odiosas de Churchill, na sua dicção anticomunista, dando as instruções bárbaras, que teriam honrado qualquer déspota oriental. Posteriormente ainda procurou legitimá-las, difamando os comunistas e as massas populares como «população»: *«Agora interferia directamente na direcção do assunto. Quando soube que os comunistas tinham ocupado quase todas as esquadras de polícia em Atenas e assassinado a maioria dos polícias que não estavam de acordo com eles, e que se encontravam a menos de um quilómetro da sede do Governo, ordenei ao general Scobie e aos seus cinco mil soldados – que apenas dez dias antes tinham sido saudados pela população como libertadores – que intervissem e avançassem com a força das armas contra os assaltantes traidores. Não faz sentido fazer estas coisas a meio termo. A violência da população, com a ajuda da qual os comunistas queriam ocupar a cidade para se apresentarem ao mundo como o governo desejado pelo povo grego, só podia ser impedida pelo fogo das armas. Não houve tempo para convocar uma reunião governamental.*

«Eden e eu estivemos juntos até cerca das duas horas da manhã; estávamos ambos inteiramente de acordo que só a força das armas podia valer-nos. Vi que ele estava esgotado e disse-lhe:”Se quiser ir deitar-se, eu trato disto.” Ele retirou-se e cerca das três [horas] redigi o seguinte telegrama para o general Scobie:

*«“(…) Você é responsável pela paz e pela ordem em Atenas e deve impedir todas as unidades do EAM/ELAS de se aproximarem da cidade e, se necessário, eliminá-las. Pode promulgar todos os regulamentos que entender necessários para controlar as ruas e prender elementos rebeldes. O ELAS procurará, naturalmente, onde existir o perigo de um tiroteio, enviar à frente mulheres e crianças. Em tais casos tem de actuar engenhosamente e evitar erros. Mas não hesite em disparar sobre todos os [elementos] armados na cidade, que se oponham às nossas autoridades ou às autoridades gregas por nós reconhecidas. Evidentemente que seria bom que o Governo grego com a sua autoridade se colocasse sob o seu comando, e Leeper procura convencer Papandreou a fazê-lo. **Mas não hesite em***

⁴ O Governo britânico *«had to use force, but there is no doubt that the great majority of the Greek nation welcomed their interference...»* Idem, p. 351. Estranho! Uma página antes L. Woodward afirma que a monarquia grega era odiada por largas camadas da população, enquanto agora estavam agradecidos aos britânicos por receberem de volta o seu querido rei.

actuar como se se encontrasse numa cidade conquistada, na qual uma insurreição estivesse em marcha (...)

2. Caso os bandos do ELAS se aproximem da cidade a partir do exterior, encontra-se com certeza na situação de lhes dar uma lição com os seus tanques, que intimide os outros de [fazer] novas tentativas. Contará com a minha cobertura para todas as acções bem pensadas e sensatas. **Temos de afirmar a nossa posição e autoridade em Atenas. Ganharia grande mérito se o conseguisse sem derramamento de sangue, mas se necessário também com derramamento de sangue.**”

«Este telegrama foi enviado dia 5, cerca das 4h e 50m. Tenho de concordar que estava formulado de forma um pouco severa. Porém pressenti a necessidade urgente de dar ao comandante instruções claras, por isso usei premeditadamente as expressões mais fortes. Com uma tal ordem nas suas mãos, teria a coragem de actuar energicamente, já que lhe dei a certeza de cobrir todas as suas acções bem pensadas, independentemente das consequências. Toda a evolução me preocupava seriamente, contudo estava convencido de que aqui não podia haver nem fraquezas nem indecisões. Lembrei-me do famoso telegrama de Arthur Balfour, nos anos 80, para a administração britânica na Irlanda: “Não hesite em disparar.” Esse telegrama foi então enviado pelo telégrafo público e provocou uma tempestade de indignação na Câmara dos Comuns, porém evitou determinados derramamentos de sangue. O episódio revelou-se como uma das etapas mais importantes na subida de Balfour ao poder. Sem dúvida que as coisas agora eram diferentes, mas este “Não hesite em disparar” soou-me aos ouvidos como insinuação de dias longínquos.»⁵

«**Não hesite em disparar!**» O general Scobie não hesitou. As ressalvas restritivas de Churchill tinham só uma função de álibi.

A guerra suja de intervenção contra o Exército Popular de Libertação – elemento activo da coligação anti-hitleriana – foi duramente criticada na Grã-Bretanha, o que Sir Llewellyn Woodward explicou com a falta de informação da população inglesa sobre «a violência da população e da ditadura comunista».⁶ Através dos seus meios de comunicação, o Governo britânico ajudou a ultrapassar rapidamente esta lamentável «deficiência» informativa.

Mas também nos EUA houve críticas à actuação do exército britânico contra o Exército Popular de Libertação. Manifestamente, o Presidente Roosevelt também estava insuficientemente informado sobre «ditadura comunista» da «população». Como o seu filho Elliot Roosevelt se recorda, o Presidente estava profundamente indignado com o combate das tropas inglesas contra a guerrilha na Grécia, «que tinha lutado corajosamente durante quatro anos contra os nazis».

«Não me admiraria», disse o Presidente Roosevelt, «se Winston (Churchill, UH) nos tivesse simplesmente transmitido que queria apoiar os monárquicos gregos. Isto estaria de acordo com o seu carácter. Mas assassinar a guerrilha grega! Usar

⁵ Winston S. Churchill, *Der Zweite Weltkrieg* (Edição revista pelo próprio Churchill das suas memórias em doze volumes), Frankfurt/Main, 2003, p. 1007 e seg. Sublinhado no original.

⁶ «mob violence and communist dictatorship». L. Woodward, idem, p. 358.

as tropas inglesas para tal coisa!»⁷ Roosevelt criticou pouco antes da sua morte a «capacidade inglesa de juntar num bloco os outros países contra a União Soviética».⁸

Em Janeiro de 1945, Harry Hopkins, um conselheiro do Presidente, informava Elliot Roosevelt sobre os «*planos [de Churchill] de invasão a partir do Sul*», como «*a última tentativa de colocar soldados aliados nos Balcãs antes dos russos*».⁹

Isto chegará para caracterizar as ambições de Churchill na Grécia e nos Balcãs.

Naturalmente que Stáline compreendeu a política pífida, as brutalidades dos intervencionistas britânicos na Grécia. Mas o Governo soviético não podia ajudar os patriotas gregos. Independentemente de um ataque contra as tropas britânicas ser demasiado arriscado, dada a relação de forças existente no Sul da península balcânica, um tal passo contra um parceiro de coligação podia ter conduzido à ruptura na coligação anti-hitleriana. Churchill sabia que Stáline não faria nada contra a intervenção britânica para evitar tal ruptura. Roosevelt também evitou uma condenação pública de Churchill pelas mesmas razões.

A originalidade da situação histórica consistia em que, por um lado, os parceiros da coligação anti-hitleriana dependiam uns dos outros, por outro lado, estavam divididos por contradições de classe, que teriam de ser dirimidas depois da guerra. Era uma difícil decisão para Stáline, abandonar ao seu destino os camaradas de classe gregos para manter a coligação anti-hitleriana. Em 1944/45, a guerra contra o fascismo alemão e contra o Japão tinha prioridade sobre as acções de luta delimitadas localmente. Os exércitos alemães lutavam ainda com obstinação fanática na frente germano-soviética. Uma ruptura na coligação anti-hitleriana, mesmo na fase final da guerra, teria tido efeitos militares imprevisíveis. A decisão deve ter sido difícil para Stáline, mas não tinha outra alternativa. Assim, Churchill pôde ainda assinalar cinicamente que «*durante todas as semanas que duraram os combates de rua em Atenas, (...) não houve nenhuma palavra de acusação no Pravda ou no Izvéstia*».¹⁰

Aditamento:

Churchill e os restauracionistas gregos verificaram à sua maneira a teoria marxista-leninista do Estado e da revolução: primeiro esclarece-se a questão do poder, se necessário por banho de sangue, depois eleições «livres» e, veja-se, agora os partidos burgueses têm a maioria. Nas eleições «livres» de 31 de Março de 1946, o PC da Grécia, o *EAM* e outros partidos democráticos não puderam participar. Milhares de combatentes da resistência contra o ocupante fascista foram assassinados pelas tropas contra-revolucionárias, 75 mil foram presos e mais de 100 mil combatentes activos do movimento de libertação foram perseguidos e empurrados para a ilegalidade.

⁷ Elliot Roosevelt, *Wie er es sah (As he saw it)*, 1ª ed., Zurique, 1947, p. 278.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 285.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 289.

¹⁰ Churchill, *ibidem*, p. 1008, sublinhado no original.

Em 1 de Setembro de 1946 realizou-se um referendo «livre» sob as baionetas das tropas reaccionárias, que aprovou o regresso do rei Jorge II e, em «livre autonomia», restabeleceu-se a hegemonia do imperialismo britânico na Grécia. Em Fevereiro de 1952 consumou-se a entrada «livre» na NATO. Na verdade, a luta dos democratas gregos não estava e não está ainda terminada.

Sobre o «método dos golpes sucessivos»

Depois da vitória em Stalingrado, Stáline e alguns membros do QG acreditavam que tinha chegado o momento de poder conduzir uma ofensiva geral em toda a frente, do Mar Báltico até ao Mar de Azov. Já se referiu que esta ideia de uma ofensiva geral se revelou um trágico erro, baseada na subavaliação das ainda poderosas unidades alemãs.¹¹

Se no início do ano de 1943 ainda não existiam as condições para uma ofensiva geral, a relação de forças no final de 1943, início de 1944, tinha-se modificado completamente em favor do Exército Vermelho. O que no início de 1943 demonstrou ser uma avaliação errada, cerca de um ano depois era uma decisão estrategicamente correcta.

Na sua ordem sobre o 1.º de Maio de 1944, Stáline resumia as tarefas do Exército Vermelho: «limpar todo o nosso território dos invasores fascistas e restabelecer as fronteiras do Estado em toda a linha, do Mar Negro ao Mar de Barent.»¹²

Stáline explicou a ideia da «ofensiva geral» numa mensagem a Churchill de 6 de Junho de 1944. De acordo com esta, a ofensiva de Verão das tropas soviéticas será iniciada «numa importante secção da Frente». «A ofensiva geral das tropas soviéticas desenvolver-se-á por fases, através da entrada sucessiva dos exércitos em operações de ataque. No final de Junho e durante o mês de Julho, as operações de ataque transformar-se-ão numa ofensiva geral das tropas soviéticas.»¹³

Três dias mais tarde Stáline informa Churchill de que, a 10 de Junho, terá início «a primeira fase da nossa ofensiva de Verão na frente de Leningrado.»¹⁴ Numa outra mensagem a Churchill, de 21 de Junho, Stáline informa os aliados de que «o mais tardar» numa semana, se inicia «a segunda fase da ofensiva de Verão das tropas

¹¹ Ver capítulo III, Ulrich Huar, *Stalins Beiträge zur marxistisch-leninistischen Militärtheorie und – politik. Das Jahr 1943*, (Contribuições de Stáline para a teoria militar e política marxista-leninista. O ano de 1943) 1ª parte, in: Schriftenreihe für marxistische-leninistische Bildung der Kommunistischen Partei Deutschlands (Coleção de Cadernos de Educação Marxista-Leninista do Partido Comunista da Alemanha), 1ª parte/Caderno n.º 168/1, Berlim, Abril 2004, p. 3-10.

¹² *Pravda*, 1.º Maio de 1944. Citado segundo K.S. Moskalenko, *In der Südwestrichtung* (Na direcção Sudoeste), Vol. 2, Moscovo, 1975/Berlim, 1979, p. 362.

¹³ *Briefwechsel Stalins mit Churchill, Attlee, Roosevelt und Truman, 1941-1945* (Troca de Correspondência entre Stáline, Churchill, Attlee, Roosevelt e Truman), ed. Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS, Moscovo 1957/Berlim 1961, p. 278 e seg.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.281.

soviéticas».¹⁵ Tratava-se da ofensiva na Bielorrússia, na direcção principal. Numa outra carta a Churchill, de 27 de Junho, Stáline declara: «Não concederemos nenhuma trégua aos alemães, continuaremos a alargar a frente das nossas operações ofensivas e intensificaremos o poder do nosso ataque contra os exércitos alemães.»¹⁶

O marechal K.S. Moskalenko caracterizou a ideia da condução de golpes sucessivos em diferentes direcções como «*novo conhecimento*» da arte de guerra soviética, nascida «*nos combates das nossas tropas na direcção sudoeste, na primeira metade de 1944.*»¹⁷

«*Na primeira metade de Janeiro atacámos (...) em duas e em Fevereiro já em todas as quatro direcções na frente ucraniana. Estas operações eram elos de uma corrente e, apesar da sua distância espacial e temporal, estavam ligadas operativamente. Ainda uma operação não tinha terminado, já se iniciava a seguinte.*

Este método deu bons resultados. Permitiu amarrar as tropas adversárias em quase toda a frente, dificultar-lhes a formação de reservas poderosas e as respectivas manobras. O comando supremo alemão procurou, na verdade, manobrar com as reservas, mas tinham de "precipitar-se para a frente e para trás", de uma para outra secção da frente, e chegavam atrasadas a toda a toda a parte. No início de Março, quando as reservas adversárias estavam amarradas e fragmentadas, as três primeiras frentes ucranianas passaram simultaneamente com todas as forças à ofensiva. Isto foi a coroação da ideia concretizada brilhantemente para destroçar e expulsar o adversário da Ucrânia, a Ocidente do [rio] Dniepre, e para o avanço na direcção fronteira a Oeste e Sudoeste.

E agora o QG tinha decidido pôr em prática o testado método dos golpes sucessivos num grupo de frentes durante a campanha de Verão-Outono de 1944, na totalidade da frente soviético-germânica. O planeamento desta campanha já tinha sido feito na Primavera.»¹⁸

De acordo com o general do Exército S.M. Chtemenko, chefe da administração operativa do Estado-Maior, deve distinguir-se entre «*direcção principal do golpe*» e «*direcções secundárias*».

«**O conceito** militar de "**direcção principal do golpe**" reflecte as tarefas principais de uma guerra, uma operação ou um combate, para os quais se utilizam as melhores e mais poderosas forças e às quais se dedica atenção especial. Cada soldado, oficial ou general quer ser posto aqui em combate. As tarefas nas **direcções secundárias** são mais modestas, **as forças** e os **meios menores**. Apesar de não estarem no centro das atenções, é aqui, porém, que **o combate é mais difícil.**»¹⁹

¹⁵ Idem, ibidem, p. 287.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 289.

¹⁷ Moskalenko, op. cit., p. 363.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 364.

¹⁹ S.M. Chtemenko, *Im Generalstab* (No Estado-Maior), Vol II, Moscovo 1973/Berlim 1985, 3ª edição, p. 327.

As direcções secundárias não devem ser subestimadas. Têm de avançar na medida da direcção principal, sob pena de os flancos dos exércitos da direcção principal ficarem a descoberto, o que pode ser usado pelo adversário para a contra-ofensiva. As direcções secundárias eram de enorme significado político, como se demonstrou nas frentes nos Balcãs, na Hungria, na Áustria, na Checoslováquia e na frente da Carélia.

Entretanto, Stáline, o comandante supremo, não podia perder de vista **todas** as frentes, direcções principal e secundárias, dos Balcãs ao círculo polar. É claro que sozinho não o podia fazer. Apoiando-se no colectivo de generais experientes no QG, no comandante-em-chefe do exército e no comandante-em-chefe da frente, as decisões de Stáline eram permanentemente o resultado da experiência colectiva dos generais dirigentes do Exército Vermelho, com responsabilidade pessoal do comandante supremo. Com o ultrapassar das fronteiras, era necessário tomar cada vez mais decisões de política externa, que exigiam deliberações colectivas com os camaradas do Comissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros, principalmente com o camarada Mólotov.

A estratégia dos golpes sucessivos coloca um problema de método na sua exposição: ou cronologicamente, em paralelo, ou por frentes, e dentro delas cronologicamente. Ambos os métodos têm as suas vantagens e desvantagens. Decidi-me pela exposição por frentes e procurei compensar as desvantagens remetendo para operações simultâneas nas outras frentes.

Polónia

Na Polónia existiam relações especialmente complexas, que tinham de ser tomadas em conta quer pelo QG soviético, quer pelos comandantes-em-chefe do exército e da frente, quando ultrapassassem as fronteiras do Estado [polaco]. Os mais de 20 anos de política e propaganda anti-soviéticas, promovidas, entre outros, por Pilsudski, Rydz-Smigly, Beck, com o apoio do clero católico, em cooperação com a actividade e ideologia restauracionista, também anti-soviética, do Governo no exílio em Londres, tinham tido efeitos assinaláveis na população polaca. Como escreveu o tenente-general Antipenko, representante (para as questões de logística militar) do general Rokossóvski, comandante-em-chefe da 1ª Frente da Bielorrússia, a população polaca saudou o Exército Vermelho como libertador, mas era inequívoca uma certa desconfiança.²⁰ Este comportamento também é confirmado por outros autores soviéticos.

O movimento de resistência polaco estava profundamente dividido quanto às classes. Existiam dois centros políticos na Polónia. As forças antifascistas democráticas revolucionárias tinham o Comité Polaco de Libertação Nacional (*Polski Komitet Wyzwolenia Naradowego – PKWN*), formado a 21 de Julho de 1944. Pertenciam ao PKWN: o Partido Operário Polaco (*Polska Partia Robotnica – PPR*), fundado em Janeiro de 1942 como partido marxista-leninista, por iniciativa dos

²⁰ N.A. Antipenko, *In der Hauptrichtung* (Na Direcção Principal), Moscovo 1971/Berlim 1973, p. 213.

comunistas residentes na União Soviética e dos que actuavam na clandestinidade em organizações comunistas na Polónia; o Partido Socialista Polaco (*Polska Partia Socjalistyczna – PPS*); o Partido Camponês Polaco (*Polski Stronnictwo Ludowe, – PSL*); o Partido Democrático (*Stronnictwo Demokratyczne – SD*) e independentes.

O PKWN foi o embrião do posterior governo democrático-popular da Polónia. No início teve a sua sede na cidade libertada de Lublin.

As forças feudais-burguesas restauracionistas tinham os seus representantes políticos no Governo polaco no exílio em Londres e na clandestinidade polaca, na chamada *Delegatura*.²¹

Em 1944 já existiam vários exércitos polacos e unidades armadas. Logo em 30 de Julho de 1941, na sequência de um acordo entre o Governo soviético e o Governo polaco no exílio em Londres, iniciou-se a formação de um exército polaco em território soviético. Em 1942, a seu pedido, foi evacuado para o Irão. Era conhecido como «Exército Anders», segundo o nome do seu comandante. Participou nos combates no Norte de África, Itália e Grécia ao lado das tropas britânicas.

Em Fevereiro de 1942, o Governo polaco no exílio iniciou a formação de um exército terrestre nas regiões polacas ocupadas pelos fascistas alemães, o *Armia Krajowa (AK)*.

Quer o Exército de Anders, quer o *AK* encontravam-se sob o comando de generais e oficiais reaccionários, na sua maioria, tendo o general Kazimierz Sosnkowski como comandante supremo. Sosnkowski pertencia ao Governo polaco no exílio em Londres. Ambos os exércitos polacos tinham como objectivo restabelecer o velho domínio capitalista de classe, depois da expulsão dos ocupantes alemães.

A partir do movimento de resistência antifascista formaram-se o exército popular *Armia Ludowa (AL)* e o batalhão camponês *Bataliony Chlopskie (BCH)*, sob o comando do *PPR*. No início de 1942, o *PPR* criou ainda a sua própria organização militar, a Guarda do Povo (*Guardia Ludowa – GL*). A Aliança dos Patriotas Polacos (*Zwiazek Patriotow Polskich*) iniciou a formação regular de forças armadas polacas em território soviético, cuja 1.^a Divisão, logo em Outubro de 1943, participou nos combates ao lado do Exército Vermelho. Unidades do 1.^o Exército Polaco, que entretanto se juntaram ao *AL* e formaram o Exército Polaco (*Wojsko Polski – WP*), participaram na libertação de Lublin, a 24 de Julho de 1944.

Para além destas unidades militares e exércitos existiam ainda unidades de guerrilha.

A resistência polaca era constituída, portanto, por dois grupos principais: as organizações e unidades democráticas antifascistas, por um lado, e as organizações e unidades nacionalistas burguesas, por outro. Se as primeiras queriam aliar a libertação nacional dos ocupantes fascistas alemães à revolução popular democrática, eliminando o latifúndio e o grande capital, já as apoiadas pelo Governo polaco no exílio em Londres e a sua *Delegatura* limitavam a resistência à libertação nacional, visando a restauração das velhas relações de poder e de propriedade, e conduziam

²¹ *Delegatura Rządu Rzeczypospolite* – Delegação do Governo na Polónia, como o nome indica, era a representação clandestina no país do Governo polaco no exílio. (*N. Ed.*)

simultaneamente uma guerra de classe contra as unidades democráticas antifascistas e o Exército Vermelho.

Esta divisão grosseira em dois grupos políticos e forças armadas, segundo a posição de classe, não significa que na prática se pudessem separar na sua forma «pura», de acordo com o esquema: aqui, as forças progressivas, «os bons», ali as forças nacionalistas burguesas restauracionistas, «os maus»! Nas unidades reaccionárias havia não poucos patriotas polacos que lutavam com coragem e determinação, com perigo da própria vida, pela libertação do seu país, contra os fascistas alemães, embora, simultaneamente, tivessem reservas em relação aos comunistas e à União Soviética. Inversamente, nas organizações e unidades dirigidas pelo *PPR* combatiam patriotas polacos que, não sendo na verdade anticomunistas, não estavam livres de reservas face aos comunistas. Deve sempre levar-se em consideração que, numa nação que sobrevivera a três partilhas entre 1772 e 1918, e cuja independência só tinha sido restabelecida há 25 anos, ou seja, ainda na experiência de vida da geração combatente, se mantinham as desconfianças em relação ao seu poderoso vizinho. Os fascistas alemães iam ao encontro da sua derrota, os polacos livrar-se-iam deles, mas como se comportaria o Governo soviético, cujos exércitos vitoriosos acabavam, agora, de entrar em território polaco? Não haveria afinal algo [de verdade] nos boatos e difamações anti-soviéticas do Governo polaco no exílio em Londres e da sua *Delegatura*, assim como na propaganda de Goebbels, de que os soviéticos obrigariam os polacos a aceitar o seu sistema contra a sua vontade? Assim, muitos polacos moviam-se na contradição, por um lado, o Exército Vermelho era o libertador dos fascistas alemães, devia ser apoiado, deviam ajudá-lo, por outro lado, será que ele respeitará a soberania da Polónia, o direito de auto-determinação da nação polaca?

De acordo com a ordem expressa de Stáline, o Exército Vermelho devia concentrar-se nos combates contra os exércitos alemães, não se imiscuir nos assuntos internos do povo polaco, comportar-se amigavelmente perante a população polaca, estar disponível para ajudar na medida do possível.

A administração das regiões libertadas dependia do *PKWN*. O Exército Vermelho devia apoiar o *PKWN*, mas não tinha nenhuma competência para dar ordens. Ataques por parte membros do Exército Vermelho eram severamente castigados pelo QG, pelo comandante-em-chefe da frente e pelo comandante-em-chefe do Exército.

Na Directiva de 19 de Julho de 1944, o Comando Político Principal do Exército Vermelho chamou a atenção para a nova situação criada com o avanço do Exército Vermelho para além das fronteiras do Estado. Dela decorriam correspondentes exigências da formação e educação político-partidária dos soldados do Exército Vermelho.

Em Julho de 1944, Stáline convocou o general Krainiukov, membro do Conselho Militar da 1ª Frente Ucraniana, e os generais Mekhlis e Subottine, membros de Conselhos de Militares, para uma reunião no Comité de Defesa do Estado, em Moscovo, destinada a elaborar uma proposta de resolução sobre regras de comportamento no estrangeiro para o Exército Vermelho, «já que aí, cada combatente é chamado a levantar bem alto a honra e prestígio da nação soviética,

assim como a respeitar a soberania e dignidade dos povos libertados.»²² Nesta reunião, Stáline desenvolveu as suas reflexões sobre a Polónia, sobre «o seu presente e o seu futuro. Recordou que os polacos, no passado, não só tiveram de suportar o jugo do domínio tsarista, mas também tinham sido brutalmente explorados pelos seus próprios latifundiários e capitalistas e pelas potências burguesas ocidentais. Nas mãos dos imperialistas, a Polónia tinha sido frequentemente uma arma de arremesso, um foco de contradições, conflitos e confrontos militares. Stáline sublinhou que, nestes dias históricos, em que o Exército Vermelho libertava o povo polaco do jugo fascista, se lançavam as bases para uma amizade fraternal e indestrutível entre o povo soviético e o povo polaco. Os conselhos militares tinham de se preocupar com o desenvolvimento e consolidação desta amizade, de modo a que pudesse durar séculos.

«“Nós, bolcheviques,” continuou Stáline, “desde o primeiro dia da Grande Guerra Patriótica que falamos da missão histórica libertadora do Exército Vermelho. Agora chegou o momento de libertar os povos da Europa da opressão fascista. É nossa obrigação internacional ajudar o povo polaco no renascimento de uma Polónia forte, independente e democrática.”

«O presidente do Comité de Defesa do Estado declarou que não formaríamos nenhuma administração própria em território polaco e também não erigiríamos aí a nossa ordem [social]. Não nos devíamos imiscuir nos assuntos internos do país. Estes eram unicamente da competência soberana dos polacos. Tinha-se formado o Comité Polaco de Libertação Nacional que iria constituir a sua própria administração. [Os soviéticos] manteriam uma estreita relação com o Comité e não reconheceriam quaisquer outros órgãos de poder.

«“Repito, não se reconhece nenhum outro poder, para além do Comité Polaco de Libertação Nacional!”

«Stáline propôs que os conselhos de militares, cujas tropas tinham entrado em território polaco, publicassem um apelo ao povo polaco. Recomendou utilizar a declaração do Governo soviético e a deliberação do Comité de Defesa do Estado como base do apelo, esclarecendo o objectivo e as tarefas do Exército Vermelho em território polaco. Com isto terminou a reunião. Stáline dirigiu-se-nos, apertou-nos a mão, um a um, e desejou-nos muitos êxitos.»²³

Por instrução do CC do PCUS e do Comité de Defesa do Estado, o Conselho de Militar da Frente aprovou um apelo ao povo polaco. Nele afirmava-se: «O Exército Vermelho não coloca como objectivo anexar qualquer parcela do território polaco para a União Soviética ou introduzir a ordem soviética na Polónia. Chegou a hora histórica de o povo polaco assumir o seu destino nas suas mãos. O Comité Polaco de Libertação Nacional recentemente formado é o único poder legítimo no território polaco que representa o interesse do povo polaco. Nesta hora deve ajudar de todas

²² K.V. Krainiukov, *Do Dniepre ao Vístula*, Voenizdat (editora militar do Ministério da Defesa da URSS) 1971/Berlim, 1977, p. 259.

²³ Idem, *ibidem*, p. 260 e seg.

as formas o Exército Vermelho para que possa derrotar os exércitos fascistas e acelerar a normalização da vida no solo livre e independente da Polónia.»²⁴

O Conselho Militar e a Direcção Política da 1ª Frente Ucraniana editavam um jornal em polaco intitulado *Nova Vida*. Era publicado com uma tiragem de 20 mil exemplares.

Foram constituídos grupos de agitadores, que dominavam a língua polaca, para desenvolver trabalho político de massas nas regiões libertadas.²⁵

Em 22 de Julho de 1944, o *PKWN*, enquanto novo poder do povo na Polónia, publicou o seu Manifesto programático. Afirmava-se: «*A propriedade nacional, que actualmente se encontra nas mãos do Estado alemão e de capitalistas alemães da indústria, comércio, transportes e banca, assim como as florestas serão provisoriamente colocados sobre administração do Estado.*» «*A propriedade expropriada pelos alemães a cidadãos, camponeses, comerciantes, artesãos, pequenos e médios empresários, assim como a instituições e à Igreja*» será «*devolvida aos legítimos proprietários*».²⁶

Como é claro, os objectivos do *PKWN* não são exigências socialistas.

A 26 de Julho de 1944 definiu-se, em Moscovo, a repartição dos poderes entre o *PKWN* e o comandante-em-chefe do Exército Vermelho. Nas regiões próximas da frente, o comando soviético, ou seja o comandante-em-chefe da frente, exercia o poder máximo, como o exigiam as necessidades militares. Nas regiões já não pertencentes às zonas de combate, o poder era transferido na totalidade para o *PKWN*, que assumia praticamente funções governamentais, apesar de ainda não ter oficialmente a designação de governo provisório.

A 1 de Agosto de 1944, Mólotov, na sua qualidade de comissário do povo dos Negócios Estrangeiros, numa missiva dirigida ao presidente do *PKWN*, Edward Boleslaw Osóbka-Morawski, confirmava o reconhecimento do Comité pela União Soviética. O Governo da URSS estabeleceu relações diplomáticas a 5 de Janeiro de 1945 com o Governo Provisório da República Polaca, formado em 31 de Dezembro de 1944. Como Stáline tinha expressamente declarado, o *PKWN*, o Governo Provisório, era o **único** órgão de poder que tinha o apoio soviético. Todas as outras organizações que se apresentavam como «órgãos de poder» deviam ser rejeitadas como ilegais. Isto era expressamente válido para o Governo no exílio em Londres – que Stáline designava frequentemente como o **governo de emigrantes** – e para a sua *Delegatura* na Polónia. Todas as questões de política interna, assim como problemas de política externa polaca, deviam ser encaminhados por princípio para o Governo Provisório, enquanto único governo legítimo da Polónia.

²⁴ Idem, ibidem, p. 261 e seg.

²⁵ Idem, ibidem, p. 262.

²⁶ Citado de acordo com *Geschichte des Zweiten Weltkrieges 1939-1945* (História da II Guerra Mundial) em 12 volumes, vol. 10, editado pelo Instituto de História Militar do Ministério da Defesa da URSS, Instituto do Marxismo-Leninismo do CC do PCUS, Instituto de História Geral da Academia das Ciências da URSS, Instituto de História da URSS da Academia das Ciências da URSS, Moscovo, 1979/Berlim, 1982, p. 67.

Estas instruções de Stáline eram determinadas por razões de classe e de política de segurança. Depois da experiência com o antigo regime feudal-capitalista e anti-soviético de Pilsudski e Beck, o Governo soviético estava interessado em ter na Polónia um vizinho democrático e pacífico. Em nenhum momento Stáline exigiu a implantação de uma ordem socialista na Polónia ou noutro país, incluindo a Alemanha, isto é a RDA. As massas populares tinham de decidir a questão da ordem social. Revoluções, especialmente revoluções socialistas, não são artigos de exportação.

Porém, depois das experiências dos anos 20 e 30, Stáline não tinha ilusões sobre os latifundiários e os grandes capitalistas polacos. Por isso, ele e os outros membros do Governo soviético apoiaram os primeiros órgãos de poder popular democrático, nos quais os *pans* não eram determinantes, e preservaram-nos de uma intervenção militar estrangeira, como a que se verificou na Grécia. Naturalmente que esta política não agradou nada a Churchill, e não só a ele, que queria restaurar as antigas relações de poder dos *pans* e integrar a Polónia num novo «*cordon sanitaire*»²⁷ contra a União Soviética. A designação difamatória de «governo satélite» dos soviéticos na Polónia, que se mantém hoje na historiografia burguesa e nas publicações políticas, também usada mais tarde para as outras democracias populares no Leste e na RDA, tem origem nesta época. A possibilidade de os operários, camponeses, intelectuais e outros trabalhadores desejarem de facto uma ordem social socialista, a eliminação da propriedade privada dos meios de produção, a construção da sua própria dominação política, ultrapassa os limites sociais da compreensão burguesa.

Desde a sua existência histórica, a democracia burguesa, resultante de «eleições livres» para o parlamento, enquanto suposta expressão da soberania popular, não é mais do que a forma do domínio de classe da burguesia e o reflexo político da concorrência entre burgueses. Isto é conhecido há pelo menos 150 anos! No seu livro publicado em 1850 *A Luta de Classes em França*, Marx escreveu: «*O sentido da Constituição da burguesia é a dominação da burguesia como produto e resultado do sufrágio universal.*»²⁸

Mas que acontece quando os comunistas conquistam a maioria em eleições? O direito de voto deixa de ser «razoável» e o razoável é o domínio de classe da burguesia. Quando «*o conteúdo deste sufrágio (...) já não é a dominação da burguesia*», a Constituição perde o seu sentido. «*Não será dever da burguesia regulamentar o direito de voto de maneira a que se queira o que é razoável, isto é, a sua dominação?*»²⁹

Churchill queria o «razoável» na Polónia e o governo polaco no exílio em Londres representava o «razoável». Stáline recusou este «razoável» e reconheceu o Governo provisório em Lublin como o único Governo legítimo, o «irrazoável», e remeteu todas as questões respeitantes à Polónia para este governo.

²⁷ Em francês no original (cordão sanitário). (NT)

²⁸ Karl Marx/Friedrich Engels *Werke* (MEW), Vol. 7, Berlim, 1976. P. 93. [*A Luta de Classes em França*, Marx Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, tomo I, ed. Avante, Lisboa, 1982, p. 296. (N. Ed.)]

²⁹ Idem, *ibidem*. [Idem, *ibidem* (N. Ed.)]

No entendimento democrático de Churchill e de outros ideólogos burgueses, o Governo imposto pela violência do exército britânico e confirmado em eleições sob terror na Grécia era o «razoável», era um poder legitimado por «eleições livres». O governo provisório em Lublin, enquanto representante dos operários, camponeses e intelectuais e outros trabalhadores, excluindo os latifundiários e grandes capitalistas, era o «irrazoável». E quando, ainda por cima, o Exército Vermelho protegia este poder popular de intervenções estrangeiras, tornava-se, é claro, num «governo satélite» dos soviéticos. *A priori* o anti-sovietismo e o anticomunismo são democráticos e, pelo contrário, o socialismo, a democracia socialista são «ditaduras», regimes satélites, o «irrazoável», etc. O esquema é tão simples que se continua actuar em conformidade. Trata-se tão só de repetir com frequência esta versão, de preferência com as mesmas palavras, para impedir que uma parte assinalável das próprias massas populares compreenda os métodos de dominação da ditadura da classe capitalista.

A *Delegatura* desencadeou um combate feroz contra a administração estabelecida pelo *PKWN* e pelo governo provisório nas regiões libertadas, lançou ataques terroristas contra unidades do exército soviético, atingindo transportes de tropas e de mantimentos, não hesitando em cometer assassinatos. A participação de cidadãos na administração foi estigmatizada como «traição à pátria», que seria perseguida judicialmente depois do restabelecimento do poder do governo no exílio. A *Delegatura* conduziu uma verdadeira guerra de classe contra as unidades de resistentes, que tinham a participação de oficiais soviéticos e nalguns casos eram também dirigidas por eles. Assassinatos de resistentes, soldados e oficiais soviéticos, actos de sabotagem contra ligações à retaguarda do Exército Vermelho estavam na ordem do dia.

A ocupação da Polónia durante mais de cinco anos pelos fascistas alemães tinha eliminado seis milhões de pessoas – 25 por cento da população! – e provocado a destruição sistemática da indústria e das infra-estruturas sociais e culturais. «Durante a ocupação da Polónia foram destruídas 10 200 (64%!) zonas industriais, 2677 hospitais, 6 mil escolas, 3337 museus e teatros, 300 mil edifícios urbanos e mais de 450 mil casas nas aldeias. Muitas cidades polacas ficaram reduzidas a ruínas e cinzas.»³⁰

O Governo soviético e o Exército Vermelho ajudavam com tudo o que podiam. «Milhares de órfãos tinham de ser vestidos e alimentados. A pedido do Governo polaco, a frente disponibilizou farinha, cevada, açúcar e leite condensado a estas crianças para um ano inteiro, assim como roupa de cama. Por instrução pessoal de Stáline, a 1ª Frente Bielorrussa cedeu ao Governo polaco 500 camiões e algumas centenas de toneladas de combustível das suas reservas. Nessa altura, isto não era de forma nenhuma fácil.»³¹

Para constituir a nova administração, o *PKWN* e o Governo provisório precisavam também da ajuda dos serviços soviéticos. Os especialistas financeiros soviéticos tinham que resolver problemas difíceis como fixar a cotação do ouro nas novas condições, definir as regras de contabilização dos fornecimentos ao Exército

³⁰ Antipenko, *ibidem*, p. 261 e seg.

³¹ *Idem*, *ibidem*, p. 217.

Vermelho e do pagamento dos salários aos militares. As duas moedas, a polaca e a soviética, deviam ambas ser válidas. Era necessário resolver questões que tinham um carácter marcadamente político, como a circulação do dinheiro.³²

Isto aplicava-se às regiões libertadas. Mas ainda havia guerra em território polaco e fora da sua fronteira ocidental, pelo que surgiam contradições entre as necessidades militares e as considerações políticas. O tenente-general Antipenko alertou para o problema da via-férrea Este-Oeste, estrategicamente importante para a ofensiva do Exército Vermelho no eixo principal Vístula-Oder-Berlim. A modificação das vias-férreas polacas para a bitola soviética era necessária por razões militares, mas politicamente duvidosa. Iniciou-se a alteração, mas Stáline deu de imediato a ordem para repor as linhas na bitola europeia ocidental. Só em Outubro/Novembro, depois de muita reflexão, a situação militar obrigou o Comité de Transportes, criado por iniciativa de Stáline, a aceitar o pedido de Antipenko para adoptar a bitola soviética pelo menos numa linha. De outra forma não era possível transportar as tropas e equipamento militar para a ofensiva Vístula-Oder-Berlim, o que teria conduzido a um prolongamento da guerra.³³

A Insurreição de Varsóvia 1 de Agosto a 2 de Outubro de 1944

A insurreição de Varsóvia foi expressão e consequência da agudização dramática da luta de classes no interior da coligação anti-hitleriana. A Valentine Fáline pertence o mérito de ter sido dos primeiros, se não mesmo o primeiro, entre os cientistas soviéticos, a ter alertado para a relação interna de três acontecimentos que, à primeira vista, não tinham nada a ver uns com os outros: o plano «Rankin», o atentado a Hitler de 20 de Julho de 1944 e a insurreição de Varsóvia.

O plano «Rankin» foi confirmado por Roosevelt e Churchill na Conferência do Quebec (19-24 de Agosto de 1943) e precisado em 8 de Novembro de 1943. Entre outros aspectos previa, num possível colapso da defesa alemã, uma capitulação sem condições às tropas anglo-americanas e a ocupação «**imediate**» das seguintes cidades e seus arredores: Bremen, Lübeck, Hamburgo, a região do Ruhr, Colónia, Berlim, Dresden, Estugarda e Munique, na Alemanha; Turim, Milão, Tomà, Nápoles e Trieste, na Itália; Budapeste, Bucareste e Sófia, no Sudoeste europeu. «Forças simbólicas» deviam ser estacionadas em Den Haag, Bruxelas, Lyon, Praga, **Varsóvia**, Belgrado e Zagreb. Finalmente também deviam ser colocadas sob controlo a Dinamarca, a região de Kiel, Salónica e a ilha de Rodas. **Por toda a parte, o leitmotiv era: «chegar antes dos russos».**

³² Idem, ibidem, p.216.

³³ Idem, ibidem, p. 222 e segs.

Nenhuma actuação coordenada com a URSS, mas sim medidas preventivas. Capitulação sem condições da Alemanha, **não** à coligação anti-hitleriana, mas aos EUA e à Grã-Bretanha.³⁴

Oficialmente nada foi comunicado a Stáline sobre estas decisões. Tenho de deixar em aberto até que ponto ele tomou conhecimento destes planos através de outras fontes, através de indiscrições ou dos serviços de informação soviéticos. Stáline, em todo o caso, não tinha nenhuma ilusões sobre Churchill e as suas nobres intenções.

O atentado a Hitler, a 20 de Julho de 1944, não foi só uma acção isolada, resultante de uma conspiração de alguns militares e funcionários do aparelho do Estado fascista, mas também a expressão de uma profunda crise política da Alemanha fascista. A promiscuidade entre altos representantes do Estado fascista, Himmler, Schellenberg, Papen, entre outros, e representantes das potências ocidentais, parecia tornar possível um colapso das forças de defesa alemãs a Ocidente, uma capitulação unicamente às potências ocidentais e a continuação da guerra contra a União Soviética.³⁵ Este aspecto revela o motivo político dos dirigentes responsáveis pela insurreição de Varsóvia: «**Chegar antes dos russos!**»

O plano «Burza», nome de código para a insurreição, baseava-se nesta intenção: libertar pela insurreição a cidade dos ocupantes fascistas, pelo menos 12 horas antes da chegada de tropas soviéticas a Varsóvia, e proclamar a *Delegatura* do Governo polaco no exílio em Londres como o legítimo governo polaco. Em caso de êxito da insurreição, um contingente simbólico das forças armadas britânicas podia então ocupar Varsóvia.³⁶

Apesar de ainda não estarem publicados todos os documentos de arquivo, o numeroso material factual acessível não permite sustentar a versão lançada pela parte interessada de que a insurreição irrompeu «espontaneamente», na sequência de um comentário na *Rádio Moscovo*, a 29 de Julho, que teria sido interpretado como um apelo à população de Varsóvia para a insurreição. Esta afirmação anti-soviética tem origem no general Bor-Komorowski, que pretendeu assim justificar a sua acção criminosa, empreendida já depois de ser claro para ele que a insurreição estava condenada ao fracasso. Por seu lado, o primeiro-ministro do Governo polaco no exílio em Londres, Stanislav Mikolajczyk, serviu-se desta mentira num telegrama a Roosevelt, de 18 de Agosto, para justificar a actuação irresponsável do seu Governo e da *Delegatura* na Polónia. O método não é nem era novo – atribuir os próprios crimes à União Soviética, a Stáline.

Utilizemos alguma documentação do *Foreign Office* britânico, onde, embora silenciando factos importantes, se mostra claramente que a insurreição de 1 de Agosto de 1944 «*não foi um levantamento espontâneo*».³⁷

³⁴ Valentin Falin, *Zweite Front. Die Interessenkonflikte in der Anti-Hitler-Koalition* (A Segunda Frente. O Conflito de Interesses na Coligação Anti-hitleriana), Munique, 1997, p. 378. Sublinhados meus.

³⁵ Ver também sobre isto o cap. III de Ulrich Huar, *Stalins Beiträge zur marxistisch-leninistischen Militärtheorie und –politik. Das Jahr 1943*, 1ª parte, idem, pp. 39-44.

³⁶ Ver Falin, *ibidem*, p.548.

³⁷ A insurreição «... *was not an unplanned attack*...». Sir L. Woodward, *ob. cit.*, p. 300.

O «*movimento clandestino polaco*» (referem-se à *Delegatura* e ao *AK*, *UH*) era «*controlado*» pelo governo polaco no exílio em Londres, ou seja, dirigido.³⁸ O comandante do *AK*, Bor-Komorowski estava, por sua vez, subordinado ao General Sosnkowski, comandante-em-chefe das Forças Armadas polacas (Exército de Anders e *AK*, *UH*). Sosnkowski era membro do Governo no exílio em Londres. O Governo britânico não deixou qualquer dúvida de que o Governo polaco no exílio em Londres era para si «*o governo legítimo da Polónia*».³⁹

O Governo polaco no exílio tinha «*planos prontos para uma insurreição geral*». Tinha «*procurado apoio britânico*», porém isso foi recusado com a justificação de que «*uma insurreição só teria êxito se se realizasse com o acordo e em cooperação com russos*».⁴⁰ Tem ainda de se referir que também o general Sosnkowski tinha advertido Bor-Komorowski contra uma insurreição que não tivesse sido previamente concertada com o Comando Supremo soviético.

Os planos de insurreição «*estavam prontos ainda antes de os russos, em rápido avanço, alcançarem os arredores de Varsóvia em 29 de Julho*».⁴¹

Esta última afirmação é pouco rigorosa e pode levar à falsa conclusão de que as forças armadas soviéticas se encontravam às portas de Varsóvia e só lhes faltava entrar na cidade. Talvez esta falsa conclusão tenha sido intencional?!

Na realidade, as forças principais da 1ª Frente Bielorrussa, sob o comando do marechal Rokossóvski, comandante-em-chefe da frente, ainda se encontravam a 200 quilómetros de Varsóvia. Somente a 2ª unidade de tanques da 1ª Frente Bielorrussa tinha avançado, encontrando-se a 10-12 quilómetros de Praga, uma cidade vizinha de Varsóvia, na **margem oriental** do Vístula. Rechaçava aí os poderosos ataques de divisões blindadas alemãs.

Praga encontra-se separada de Varsóvia pelo Vístula. Com a correlação de forças existente naquele momento, a travessia do rio, com uma largura de 450 a 600 metros, era impossível. Trata-se pois de uma especulação que tira partido do desconhecimento do leitor. Falaremos ainda sobre a capacidade de combate da 1ª Frente Bielorrussa em Julho de 1944.

Na documentação do *Foreign Office* segue-se então a versão do «comentário» da *Rádio Moscovo* de 29 de Julho, que supostamente levou Bor-Komorowski a dar a ordem para a insurreição a 1 de Julho. Os russos estariam «*só a dez quilómetros de*

³⁸ «*Polish Underground Movement which was controlled by the Polish Governement in London*.» Idem, *ibidem*, p. 287.

³⁹«*We must continue to regard the Polish Government in London as the legitimate Government of Poland*.» Idem, *ibidem*,p. 288.

⁴⁰ O Governo polaco no exílio e a *Delegatura* tinham «*plans ready for a general rising (...)*» e mais à frente «*...in fact asked for British assistance*.» Segue-se a recomendação do Governo britânico «*...that a rising would be effective only if it took place in agreement and cooperation with the Russians*.» Idem, *ibidem*, p. 300.

⁴¹ Os planos «*(...) were ready before the Russians, in rapid advance reached the outskirts of Warsaw on July 29*.» Idem, *ibidem*.

Varsóvia», no entanto o general Bor-Komorowski não teve possibilidade de contactar o comando supremo soviético, antes de ter dado a ordem para a insurreição.⁴²

Bor-Komorowski teria podido, se o quisesse, estabelecer contacto com o comando supremo soviético, concretamente com o comandante-em-chefe da 1.^a Frente Bielorrussa, marechal Rokossóvski.

Escondida numa nota de rodapé, Llewellyn Woodward relativiza a tese do «*apelo à insurreição*» da *Rádio Moscovo*, com a observação de que os soviéticos negaram ter feito tal apelo. Com isto deixa-se ao leitor a interpretação do comentário de 29 de Julho.

Contudo, o autor aproxima-se um pouco mais da verdade, na mesma nota de rodapé, quando confessa que os polacos queriam ser eles próprios a libertar Varsóvia e ter um governo operacional antes de os russos ocuparem a cidade, o que significava que tinham de tomar o controlo da cidade pelo menos 12 horas antes da chegada dos russos.⁴³ Se substituirmos «os polacos» por Bor-Komorowski e o Governo no exílio, então está correcto. É de sublinhar, neste contexto, que Mikolajczyk e comitiva se deslocaram a Moscovo a 27 de Julho, ou seja, tinham estado em Moscovo imediatamente antes da insurreição.

Estes factos suscitam algumas questões: desconhecia Mikolajczyk, primeiro-ministro do Governo no exílio, os planos para a insurreição preparados em Londres? Não teve nenhuma oportunidade para informar Stáline, Mólotov ou um outro alto funcionário soviético ou general sobre a insurreição iminente, mesmo que desconhecesse a hora exacta? (Bor-Komorowski adiou-a várias vezes como se demonstrará) Não se podia indagar se o Exército Vermelho tinha condições para ajudar rapidamente os insurrectos? Não podia mediar um contacto entre Bor-Komorowski e o marechal Rokossóvski?

O Governo britânico – ou seja, nomeadamente Churchill – sabia da insurreição. Foram suficientemente cautelosos para não prometer qualquer ajuda ou apoio. Churchill actuou de acordo com o conhecido lema: façam, se correr bem, podemos ajudar, então teremos os soviéticos de fora, corre mal, não temos nenhuma responsabilidade nisso, nós até recomendámos que entrassem previamente em contacto com os soviéticos (sabendo bem que eles não o fariam). Para além disso, uma derrota dos insurrectos dava a oportunidade de responsabilizar os soviéticos – Stáline – pelo previsível banho de sangue que os fascistas perpetrariam entre a população de Varsóvia, como também veio a acontecer.

O general de infantaria Kurt von Tippelskirch demonstrou, enquanto militar, um conhecimento correcto na sua essência, quando escreveu:

«O movimento clandestino polaco considerou chegada a hora da insurreição quando os exércitos de Rokossóvski, no final de Julho, se aproximavam da capital polaca numa marcha aparentemente imparável. Também não faltou

⁴² «*The russians were then only 10 kilometers from the city (...)*», «*General Bor-Komorowski was, however, unable to get into touch with the Soviet military authorities before issuing his order.*» Idem, ibidem, p. 301.

⁴³ «*The Poles wanted to liberate Warsaw for themselves, and to have a Polish administration at work before the Russians entered the city; hence they needed to be in control at least twelve hours before the Russians entry.*» Idem, ibidem, p. 301, nota de rodapé 1.

encorajamento do lado inglês. Fazia parte dos hábitos ingleses, como já acontecera em Roma e brevemente aconteceria em Paris, apelar à insurreição da população das capitais, cuja libertação parecia estar eminente.

A insurreição rebentou a 1 de Agosto, quando a força do avanço russo já tinha sido quebrada e os russos já tinham desistido da tentativa de ocupar a cidade num ataque repentino. Assim, os dirigentes polacos ficaram entregues a si próprios. No início tiveram êxitos surpreendentemente grandes. A maioria das repartições alemãs na cidade ficou isolada do exterior, as estações ferroviárias foram ocupadas pelos insurrectos, que possuíam lança-granadas, defesa anti-aérea e artilharia anti-tanque, e cortadas todas as estradas de acesso. Os alemães só conseguiram manter as pontes sobre o Vístula. Se os russos tivessem continuado o seu ataque na frente da testa-de-ponte, a situação na cidade ter-se-ia tornado insustentável.

Como tal não sucedeu, foi possível reunir em Varsóvia e nos arredores forças suficientes pelo menos para libertar as repartições alemãs, recuperar o controlo das estações ferroviárias e impedir que a cidade caísse totalmente nas mãos dos insurrectos. Mas ainda seria necessária uma luta árdua e dura, que se prolongou até Outubro, para a ocupação alemã conseguir controlar a insurreição. Faltavam permanentemente forças para uma limpeza rápida e enérgica.»⁴⁴

Stáline, o QG e o comandante-em-chefe da 1ª Frente Bielorrussa, marechal Rokossóvski, foram surpreendidos pela insurreição. Quer da parte do Governo polaco no exílio, quer da parte de Bor-Komorowski não havia a intenção de informar e ainda menos de consultar a direcção soviética. Tal seria contrário às suas intenções políticas, nomeadamente: «*chegar antes dos russos!*»

Causa estranheza o facto de Churchill ter telegrafado a Stáline, a 4 de Agosto, informando-o de que os polacos «*pedem auxílio aos russos, que parecem estar muito próximos. Eles são atacados por uma divisão e meia de soldados alemães. Esta indicação poderá servir para as vossas operações.*»⁴⁵ Churchill referia-se a informações que tinha obtido dos polacos.

A resposta de Stáline, a 5 de Agosto, foi muito curta. Considerava que «*as informações que lhe foram transmitidas pelos polacos (...) não inspiram confiança.*» «*O Armia Krajowa dos polacos é constituído por alguns destacamentos, a que chamam indevidamente divisões. Não têm nem artilharia, nem aviões, nem tanques. Não imagino como semelhantes destacamentos podem tomar Varsóvia, que os alemães defendem com quatro divisões blindadas, entre elas a divisão “Hermann Göring”.*»

A forma como esta insurreição poderia «*servir*» ao Exército Vermelho, no contexto das relações de força descrito por Stáline, manteve-se um segredo do primeiro-ministro britânico.

⁴⁴ Kurt von Tippelskirch, *Geschichte des Zweiten Weltkrieges* (História da II Guerra Mundial), Bona, p. 471. Na altura em que escreveu o seu livro, Tippelskirch não podia ainda conhecer o plano «Rankin» e outros documentos publicados mais tarde.

⁴⁵ *Correspondência de Stáline com Churchill, Attlee, Roosevelt e Truman 1941-45*, Moscovo 1957/Berlim 1961, p. 308.

De acordo com as investigações de Fálíne, o *AK* dispunha de 175 mil homens (em toda a Polónia, UH), que estavam sob «*controlo directo de conselheiros britânicos e tinham sido formados e armados com dinheiro britânico.*» As armas eram lançadas de aviões britânicos.

Só uma pequena parte do *AK* foi utilizada em operações contra os ocupantes fascistas. «*Todos os outros esperavam pelo dia X*»,⁴⁶ ou seja, pelo combate contra o Exército Vermelho. Apesar de estar a par das verdadeiras intenções do Governo no exílio em Londres e da sua delegação e direcção do *AK*, assim como das do Governo de Churchill, Stáline, o QG e o comandante-em-chefe da 1ª Frente Bielorrussa, marechal Rokossóvski, fizeram tudo o que era humanamente possível para apoiar os insurrectos.

A insurreição tinha um duplo carácter. Por um lado, era obra de aventureiros irresponsáveis com objectivos anti-soviéticos, e, nessa medida, um crime contra o povo polaco. Por outro, também participaram no seu início unidades do *AL* (*Armia Ludowa*), que também não foram informadas por Bor-Komorowski, o qual proibiu qualquer contacto entre o *AK* e o *AL*! Igualmente, a população de Varsóvia apoiou a insurreição contra os odiados fascistas alemães; nessa medida, a insurreição possuía o carácter de uma insurreição antifascista. Esta foi a razão por que Stáline e o QG fizeram tudo o que estava dentro das suas forças para ajudar a população de Varsóvia.

O antigo comandante-em-chefe da 1ª Frente Bielorrussa, marechal Rokossóvski, recorda: os exércitos da 1ª Frente Bielorrussa foram os primeiros a pisar território polaco. Chegaram a Praga, na margem leste do Vístula. Praga é muitas vezes referida como subúrbio, outras como bairro de Varsóvia. O importante para a compreensão da situação estratégica é que Praga está separada dos outros bairros de Varsóvia pelo Vístula. Os exércitos de Rokossóvski eram, portanto, os que estavam mais próximos de Varsóvia.

Para evitar repetições, limito-me aqui às informações de Rokossóvski sobre a situação militar, as actividades militares da 1ª Frente Bielorrussa e a sua experiência com os oficiais do *AK*.

Os exércitos da 1ª Frente Bielorrussa foram saudados pela população polaca. O 1.º Exército Polaco, que pertencia à 1ª Frente Bielorrussa, foi rapidamente completado com voluntários da população local, com unidades do *GL* (*Guardia Ludowa*), do *AL* e outras forças da resistência. O comportamento do *AK* causou estranheza.

«*Logo no primeiro encontro com representantes desta organização ficámos com uma impressão desagradável. Tendo recebido indicações de que uma grande unidade, que se intitulava de 7.ª divisão do AK, se encontrava na floresta a Norte de Lublín, decidimos enviar alguns oficiais do nosso Estado-Maior para estabelecer ligação. O encontro efectuou-se. Os oficiais do AK, que vestiam uniformes polacos, mantiveram uma atitude arrogante, recusaram a proposta de acções conjuntas nos combates contra as tropas alemãs fascistas. Declararam que o AK se submetia unicamente às ordens do Governo polaco em Londres e dos seus representantes. A sua posição para connosco foi definida do seguinte modo: “Não utilizaremos as*

⁴⁶ Falin, *ibidem*, p. 442.

*armas contra o Exército Vermelho, mas também não queremos manter quaisquer contactos».*⁴⁷

A 2 de Agosto, Rokossóvski recebeu dos seus próprios serviços de informações a notícia da insurreição em Varsóvia. A situação era de tal modo inesperada que inicialmente Rokossóvski chegou a pensar que se tratava de um boato lançado pelo inimigo.

«Era como se os dirigentes da insurreição tivessem escolhido o momento para sofrer uma derrota (...) Nessa altura, o 48.º e 65.º exércitos travavam combates a mais de 100 quilómetros a Leste e a Nordeste de Varsóvia. (A nossa ala direita estava enfraquecida com a retirada de dois exércitos para a reserva do QG e, depois de derrotar um inimigo poderoso, ainda tinha de chegar ao Narev e formar testas-de-ponte na sua margem ocidental). O 70.º Exército tinha acabado de tomar Brest e limpava a região do resto das tropas alemãs aí cercadas. O 47.º Exército travava combates na região de Siedlce com a frente para Norte. O 2.º Exército de Blindados, envolvido em combates nas imediações de Praga (um subúrbio de Varsóvia, na margem leste do Vístula), rechaçava os contra-ataques das unidades blindadas do inimigo. O 1.º Exército Polaco, o 8.º Exército da Guarda e o 69.º Exército, que tinham atravessado o Vístula a Sul de Varsóvia, perto de Magnuszew e Pulavi, ocupavam e alargavam testas-de-ponte na sua margem ocidental. Nisto consistia a tarefa principal que a ala esquerda podia e estava obrigada a cumprir. (...)

«Em dada altura, na imprensa ocidental surgiram detractores que tentaram acusar a 1ª Frente Bielorrussa, e naturalmente a mim, como comandante, de que, alegadamente, não tínhamos apoiado intencionalmente os insurrectos em Varsóvia, condenando-os assim ao fracasso.»

Sobre isto recorda o seguinte: *«A operação bielorrussa não tinha precedentes pela sua profundidade. Na ala direita da 1.ª Frente Bielorrussa, as tropas soviéticas tinham avançado mais de 600 quilómetros.»* Depois de combates incessantes, as tropas soviéticas usaram o resto das suas forças para resolver as tarefas colocadas pelo QG. A libertação de Varsóvia teria exigido uma nova enorme operação de ataque – que foi mais tarde executada. Mas em Agosto de 1944, sem amplas medidas, não se teria sequer conquistado Varsóvia como testa-de-ponte.⁴⁸

Varsóvia estava próxima, as tropas da 1ª Frente Bielorrussa já combatiam nas imediações de Praga, *«mas cada passo custava esforços enormes».*⁴⁹ O contacto com os insurrectos ainda não tinha sido estabelecido. *«Os nossos serviços de informações procuraram em estabelecer contacto com eles por todos os meios, mas nada tinha resultado.»*⁵⁰

⁴⁷ K.K. Rokossovski, *Soldatenpflicht. Erinnerungen eines Frontoberbefehlshabers* (Dever de Soldado. Recordações de um Comandante-em-Chefe da Frente), Moscovo, 1968/Berlim, 1971, p. 340 e seg. [Citações cotejadas com o original russo, ed. Voenizdat, Moscovo, 1988, pp. 274-283 (N. Ed.)]

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 341 e seg.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 343.

⁵⁰ Idem, ibidem.

Rokossóvski apercebeu-se muito rapidamente da diferença entre os promotores da insurreição, o general Bor-Komorowski, seu comandante, assim como o general «Monter», seu ajudante, comandante da circunscrição militar de Varsóvia, e os «habitantes patriotas de Varsóvia». Estes últimos, que queriam libertar-se do ocupante fascista, recorreram às armas e juntaram-se à insurreição. «*Não pensavam em mais nada*». Mas aqueles que apelaram à insurreição da população da Varsóvia, em condições tão desfavoráveis, deviam ter reflectido antes sobre todas as consequências desse passo.

«De tudo o que consegui saber através dos camaradas polacos e dos vastos materiais recebidos pelo Estado-Maior da Frente podia-se concluir que os líderes da insurreição procuraram impedir quaisquer contactos dos insurrectos com o Exército Vermelho. A pouco e pouco, contudo, a população compreendeu que estava a ser enganada. A situação na cidade tornou-se mais difícil e surgiram desavenças entre os insurrectos. Só então os cabecilhas da Armia Krajowa se decidiram a contactar o comando supremo soviético através de Londres.

«Depois de receber o correspondente despacho, Antonov, o chefe do Estado-Maior, formalizou a ligação entre nós e os insurrectos. Passados apenas dois dias, a 18 de Setembro, a rádio britânica informou que o general Bor-Komorowski tinha anunciado a coordenação das acções com o Estado-Maior de Rokossóvski, e que aviões soviéticos estavam a lançar ininterruptamente armas, munições e mantimentos para os insurrectos em Varsóvia.

«Fica demonstrado que teria sido possível estabelecer ligação com o comando da 1.ª Frente Bielorrussa, assim houvesse esse desejo. No entanto, o general Bor-Komorowski só se apressou a estabelecer a ligação connosco depois de ter falhado a tentativa dos britânicos de abastecerem os insurrectos por via aérea. Durante o dia 8o “fortalezas voadoras” sobrevoaram Varsóvia escoltadas por caças Mustang. Passaram em formações a uma altitude de 4500 metros e lançaram a sua carga. Naturalmente, a uma tal altitude, a carga dispersou-se e falhou o alvo. As anti-aéreas alemãs abateram dois aviões. Depois disto, os britânicos não repetiram as suas tentativas.»⁵¹

«Apercebendo-se do nosso ponto fraco entre Praga e Siedlee, o inimigo decidiu lançar um ataque nos flancos e na retaguarda das tropas que tinham atravessado o Vístula a Sul da capital polaca. Com esse intuito concentrou várias divisões na margem leste, na zona de Praga: a 4ª Divisão Blindada, a 1ª Divisão Blindada ‘Hermann Göring’, a 19ª Divisão Blindada e a 73ª Divisão de Infantaria. Em 2 de Agosto, os alemães lançaram o seu contra-ataque, mas foram enfrentados nas proximidades de Praga por destacamentos do 2.º Exército Blindado, que se tinham aproximado da área vindos do Sul. Iniciou-se um obstinado combate frontal. Mas as tropas alemãs estavam em situação mais favorável, dado que se podiam apoiar na zona de Varsóvia muito fortificada.

«Numa tal situação seria plausível que insurrectos tivessem procurado tomar as pontes sobre o Vístula e a cidade de Praga, atacando o inimigo pelas costas. Dessa forma teriam ajudado as tropas do 2.º Exército Blindado e, quem sabe, talvez os

⁵¹ Idem, ibidem, p. 344.

acontecimentos tivessem tomado outro rumo. Mas isto não entrava nos cálculos do Governo polaco no exílio, que tinha três representantes em Varsóvia, nem tão pouco do general Bor-Komorowski e de “Monter”. Depois de terem feito o seu trabalho sujo, saíram, e quem pagou as consequências de tudo isto foi o povo por eles provocado.»⁵²

Das seguintes informações de Rokossóvski ressalta que se realizaram combates longos, exasperados e com muitas baixas entre os exércitos da 1.^a Frente Bielorrussa e as unidades blindadas alemãs na região de Varsóvia.

«O inimigo tinha concentrado um grupo poderoso em torno de Varsóvia, constituído pela 5.^a Divisão Blindada SS “Wiking”, a 3.^a Divisão Blindada SS “Totenkopf” (Caveira), a 19.^a Divisão Blindada e ainda duas divisões de infantaria. Não podíamos permitir que este grupo continuasse a ameaçar-nos. Quando o 70.^o Exército se aproximou, foi tomada a decisão de destroçar as tropas inimigas que controlavam o Leste de Varsóvia e conquistar Praga. Destacámos para esta operação os 47.^o e 70.^o exércitos, parte do 1.^o Exército Polaco, a 16.^a Força Aérea e todos os meios de reforço que foi possível retirar de outras secções da frente.

«A batalha começou a 11 de Setembro. No dia 14, o inimigo tinha sido derrotado e Praga tomada. A infantaria, tanquistas, artilharia, sapadores e aviadores bateram-se corajosamente, e, ao seu lado, os valentes combatentes do 1.^o Exército Polaco. Os habitantes de Praga prestaram uma grande ajuda aos soldados dentro da cidade, e muitos perderam a vida nestes combates.

«Este teria sido o momento mais propício para a insurreição na capital polaca! Se tivesse sido possível realizar um ataque conjunto das nossas tropas da frente leste e dos insurrectos a partir de Varsóvia (com a tomada de pontes), então nesse momento poder-se-ia contar com a libertação de Varsóvia e a sua defesa. Mais que isso, mesmo em circunstâncias mais favoráveis, dificilmente teria sido possível às tropas da frente.»⁵³

Soldados, oficiais e generais da 1.^a Frente Bielorrussa, arriscando a própria vida, fizeram tudo o que puderam para ajudar os insurrectos em Varsóvia.

«A tragédia que se desenrolou em Varsóvia não nos deixou em paz. A consciência da impossibilidade de lançar uma grande operação para socorrer os insurrectos era dolorosa.

«Nessa altura, Stáline conversou comigo através da ligação directa. Eu relatei sobre a situação na frente e sobre todas as questões relacionadas com Varsóvia. Stáline perguntou se as tropas da frente estariam em condições de empreender no imediato uma operação para libertar Varsóvia. Recebendo uma resposta negativa da minha parte, pediu-me que prestasse todo o auxílio possível para aliviar a situação dos insurrectos. Aceitou as minhas propostas de como fazer e com o quê.»⁵⁴

A 13 de Setembro, a aviação da 1.^a Frente Bielorrussa começou a abastecer os insurrectos com armas, munições, mantimentos e medicamentos. «Os nossos bombardeiros nocturnos PO2 lançavam a sua carga a baixa altitude sobre os locais

⁵² Idem, ibidem, p. 345.

⁵³ Idem, ibidem, p. 348 e seg.

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 350.

marcados pelos insurrectos. De 13 de Setembro a 1 de Outubro de 1944, os aviões da frente realizaram 4821 voos de apoio aos insurrectos, designadamente 2535 com abastecimentos para as tropas insurrectas. De acordo com os seus pedidos, os nossos aviões defenderam as suas zonas, bombardearam e investiram contra as tropas alemãs na cidade.

«A artilharia anti-aérea da frente começou a defender os insurrectos de ataques da aviação inimiga, ao mesmo tempo que a artilharia terrestre fustigava com o seu fogo a artilharia e baterias lança-granadas inimigas, que tentavam atingir os insurrectos. Para assegurar as ligações e a correcção de tiro lançámos oficiais em pára-quedas. Conseguimos que os aviões inimigos deixassem de sobrevoar as posições dos insurrectos. Os camaradas polacos, que lograram penetrar até nós vindos de Varsóvia, mostraram-se entusiasmados com as acções dos nossos aviadores e artilheiros.»⁵⁵

Patriotas polacos avisaram que os membros do *Armia Krajowa* não queriam ter nada a ver com os soviéticos. «O comando do AK comportava-se de forma suspeita e promovia uma agitação hostil contra a União Soviética, contra o governo polaco constituído em Lublin e contra o 1.º Exército Polaco. Alertou-nos o facto de Bor-Komorowski não ter feito nenhuma tentativa para contactar directamente o Estado-Maior da Frente, apesar de o Estado-Maior General lhe ter transmitido um código para o efeito. Tornou-se claro que estes politiquinhos estavam dispostos a tudo menos a cooperar connosco. E em breve isto confirmou-se.»⁵⁶

Rokossóvski decidiu estacionar um forte contingente de tropas de desembarque na margem ocidental do Vístula para permitir um auxílio maior aos insurrectos. O comando do 1.º Exército Polaco assumiu a organização. Esta acção foi combinada em tempo útil com o comando dos insurrectos.

«Em 16 de Setembro, subunidades de desembarque do 1.º Exército Polaco, atravessaram o Vístula. Desembarcaram em zonas da margem que supostamente estavam nas mãos dos insurrectos. Todos os nossos cálculos basearam-se nisto. De repente verificou-se que naquelas zonas estavam os hitlerianos.

«A operação decorria com grande dificuldade. O primeiro grupo de desembarque só a muito custo conseguia aguentar-se na margem. Tivemos que colocar em combate novas forças. As baixas aumentaram. Quanto aos comandantes da insurreição não só não prestaram qualquer auxílio às tropas de desembarque como nem sequer procuram estabelecer contacto.

«Nestas condições era impossível aguentarmos a margem ocidental do Vístula. Decidi suspender a operação. Ajudámos as tropas de desembarque a regressar à nossa margem. Estas subunidades de três regimentos de infantaria do 1.º Exército Polaco regressaram às suas unidades em 23 de Setembro.

«Ao se decidirem por este desembarque heróico, os soldados polacos aceitaram conscientemente sacrificar-se, ansiando socorrer os compatriotas caídos em desgraça. Mas foram traídos por aqueles a quem os interesses dos poderosos eram mais caros do que os interesses da pátria. Em breve saberíamos que, perto do

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 350 e seg.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 351.

momento do desembarque, por ordem de Bor-Komorowski e “Monter”, as unidades e destacamentos do AK foram retiradas das margens do rio para o centro da cidade. O seu lugar foi ocupado por tropas fascistas alemãs. Com isto sofreram as subunidades do Armia Ludowa; o Armia Krajowa não as preveniu da sua retirada da margem.

«A partir desse momento, o comando do Armia Krajowa começou a preparar-se para capitular, o que é testemunhado por um conjunto bastante rico de materiais de arquivo que se conservaram. As nossas propostas para ajudar à evacuação para a margem leste dos que quisessem abandonar Varsóvia não foram tidas em conta. Só já depois da capitulação algumas dezenas de insurrectos conseguiram alcançar a nossa margem.

Assim terminou a tragédia da insurreição de Varsóvia.»⁵⁷

Este é o testemunho do marechal Rokossóvski.

O general do exército Serguei Matvéievitch Chtemenko,⁵⁸ enquanto chefe do comando operativo, o núcleo central do Estado-Maior General, tinha não só conhecimento dos planos do Estado-Maior General e do QG, mas também participava activamente na sua elaboração. Nesta actividade encontrava-se quase diariamente com Stáline. No Estado-Maior e no QG, onde todas as informações eram recolhidas e analisadas, Chtemenko e Stáline tinham um conhecimento mais amplo da relação de forças existente nas frentes do que Rokossóvski podia ter enquanto comandante-em-chefe de uma única frente, a 1ª Frente Bielorrussa.

As intenções estratégicas do comando supremo alemão não eram «*conhecidas com precisão*» pelo Estado-Maior General, porém, este já possuía «*informações dispersas*», nomeadamente de que o inimigo iria possivelmente retirar uma parte das suas tropas da Roménia, em primeiro lugar, unidades blindadas, e reforçar o grupo de exércitos do «Centro» na região de Varsóvia.

Por isso, os exércitos da 1ª Frente Bielorrussa, no seu avanço em direcção a Varsóvia, confrontaram-se com tropas frescas. A relação de forças nesta zona era especialmente desfavorável ao exército soviético. Pelo lado alemão, a frente foi reforçada com a 19ª Divisão Blindada, as divisões blindadas SS «*Totenkopf*» e «*Viking*», a divisão «*Hermann Göring*» e várias unidades de Infantaria do 2.º Exército Alemão.⁵⁹

*«Durante vários dias campearam combates sangrentos e extremamente duros. Dado que se apoiava na região fortificada de Varsóvia, a defesa inimiga conseguiu uma estabilidade relativa durante algum tempo. **Verificou-se que nos era impossível irromper para Praga.***

⁵⁷ Idem, ibidem, p. 351 e seg.

⁵⁸ Chtemenko foi membro do Estado-Maior General desde 1940, chefe do comando operativo do Estado-Maior General a partir de 1943, e mais tarde chefe do Estado-Maior do Comando Supremo dos Estados do Pacto de Varsóvia.

⁵⁹ Schtemenko, *Im General stab* (No Estado-Maior-General), Vol II, Moscovo 1973/Berlim 1985, 3ª ed., p. 72. [Citações cotejadas com o original russo, ed. Voenizdat, Moscovo, 1989, pp. 320-380 (N. Ed.)

«(...) As tropas do flanco direito da 1.^a Frente Bielorrussa, extenuadas pela longa e incessante ofensiva através da Bielorrússia, **não podiam avançar rapidamente para Varsóvia**. Para além disso, a estabilidade relativa das tropas fascistas na linha Siedlce, Minsk-Mazowiecki representava uma nova e grande ameaça para tropas que tinham atingido o Vístula a Sul de Varsóvia.»⁶⁰

Chtemenko remete para Rokossóvski, segundo o qual o inimigo dispunha de 20 divisões para lançar um ataque de Norte para Sul contra as tropas da 1.^a Frente Bielorrussa que tinham alcançado a margem leste do Vístula. Um perigoso ataque de flanco ameaçava o exército de Rokossóvski.

Logo no início de Agosto de 1944, o marechal Júkov, Rokossóvski e o Estado-Maior General tinham empreendido «tentativas enérgicas» para «liquidar a concentração do inimigo nos acessos a Varsóvia. Isto é testemunhado pelas várias reuniões no QG sobre as acções posteriores da 1.^a Frente Bielorrussa, assim como pelos incessantes e longos combates, que fizeram malograr as contra-medidas activas e perigosas do inimigo. No entanto, isto não conduziu a uma viragem da situação a nosso favor na região de Varsóvia.»⁶¹

Seguem-se descrições sobre a já referida política do governo polaco no exílio em Londres e da sua *Delegatura* na Polónia. Chtemenko ainda refere dois dados interessantes: o Governo no exílio e o Comando Supremo do AK já tinham decidido, a 24 de Julho de 1944, desencadear a insurreição. A 25 de Julho, Bor-Komorowski informou Londres: «"Estamos prontos a qualquer momento para a batalha pela conquista de Varsóvia".»⁶²

A 27 de Julho Mikolajczyk partiu para Moscovo! Pretensamente não sabia de nada sobre a insurreição! Lembra-me a canção do «Macky-Messer»,⁶³ da *Ópera dos Três Vinténs*, que também «não sabia!» de nada. Chtemenko também fez uma crítica demolidora à actuação militar da direcção da insurreição. Bor-Komorowsky tinha planeado o início da insurreição para 2 de Agosto ou mais tarde, e depois antecipou-o bruscamente para dia 1 de Agosto às 17 horas. Não havia condições reais para concentrar e armar as forças da insurreição e organizar as operações militares. Inicialmente previam-se 12 horas para colocar as forças insurrectas em estado de prontidão, mas algumas regiões e destacamentos só tiveram efectivamente cinco horas. Esta decisão fez com que a insurreição começasse de forma desorganizada logo nos primeiros momentos destruindo tudo aquilo que tinha sido preparado «ao longo de muitos anos» (!) As tarefas, datas e objectivos do ataque revelaram-se ilusórios. Nem sequer tinha sido organizada a elementar ligação entre todas as forças dos insurrectos.

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 72. Sublinhados meus. A 1.^a Frente bielorrussa tinha feito cerca de 600 quilómetros em dois meses de ataques ininterruptos. As tropas e unidades estavam enfraquecidas com as baixas, o abastecimento e reforços desorganizados. Situação idêntica existia na 3.^a e 2.^a frentes bielorrussas assim como na 1.^a Frente ucraniana. Ibidem, p. 84.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 73 e seg.

⁶² Idem, ibidem, p. 74.

⁶³ Canção com música de Kurt Weill e letra de Bertolt Brecht comumente conhecida pelo seu título em inglês *Mack the Knife*. (N. Ed.)

A insurreição iniciou-se em diferentes condições e em diferentes momentos. «Muitos combatentes procuravam os seus comandantes, uns e outros não sabiam exactamente onde se encontravam realmente os depósitos de armas e munições.» Perdeu-se o momento surpresa. «Ao todo o AK dispunha de 16 mil homens, dos quais apenas 3500 tinham armas de fogo de mão (não dispunham praticamente de outro tipo de armas).»

O único aspecto que se manteve foi o elevado moral de combate dos insurrectos, o seu ódio ao ocupante fascista. Produziram verdadeiros milagres de coragem heróica. Certos êxitos iniciais da insurreição deveram-se a este elevado moral de combate. Mas não era possível vencer.⁶⁴

Chtemenko confirmou uma vez mais, a partir do seu conhecimento, o comportamento criminoso de Bor-Komorowski e dos políticos do governo polaco no exílio em Londres: «Varsóvia esvaía-se em sangue, no entanto, nem o comando do AK, nem o Governo polaco no exílio se dirigiram uma única vez ao Governo soviético com o pedido de auxílio aos insurrectos. Nem sequer consideraram necessário informar sobre a insurreição. Só posteriormente se tornou claro que nem a informação nem o pedido de auxílio entravam nos cálculos políticos do grupo de Mikolajczyk e do comando do AK, nem mesmo no momento em que as tropas fascistas começaram a afogar em sangue a insurreição.»⁶⁵

Do lado soviético houve várias tentativas para romper em direcção a Varsóvia. Stáline ordenou que Júkov, Rokossóvski e o Estado-Maior General apresentassem as suas considerações sobre a tomada de Varsóvia. Estes concluíram que a última possibilidade era a utilização do 70.º Exército de reserva, depois de um período de preparação de três dias.

Antes de 10 de Agosto não era possível iniciar uma ofensiva ataque porque não havia tempo para transportar a quantidade mínima necessária de munições. Stáline concordou.

Mas também a tentativa de romper até Varsóvia com as tropas esgotadas do 70.º Exército falhou. Apesar de o QG não possuir reservas significativas, Stáline permitiu que Júkov e Rokossóvski elaborassem um novo plano de operações para a libertação de Varsóvia. Este plano de operações é pouco conhecido, mas refuta claramente a mentira habitual das publicações ocidentais, de que Stáline nada fez para ajudar os insurrectos em Varsóvia. Por isso fica aqui documentado:

«1. A frente pode iniciar a Operação Varsóvia, assim que os exércitos da ala direita alcancem o rio Narev e formem uma testa-de-ponte na sua margem ocidental, na secção Pultusk-Serock. Os dispositivos militares destes exércitos encontram-se a 120 quilómetros do Narev. Para vencer esta distância são necessários dez dias.

Deste modo, é necessário que a operação ofensiva dos exércitos da ala direita da frente, fazendo-os avançar até ao Narev, se realize entre 10 e 20 de Agosto.

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 75. Chtemenko refere-se aqui a afirmações do historiador polaco A. Borkiewicz, *Powstanie warszawski 1944*, Varsóvia, 1957.

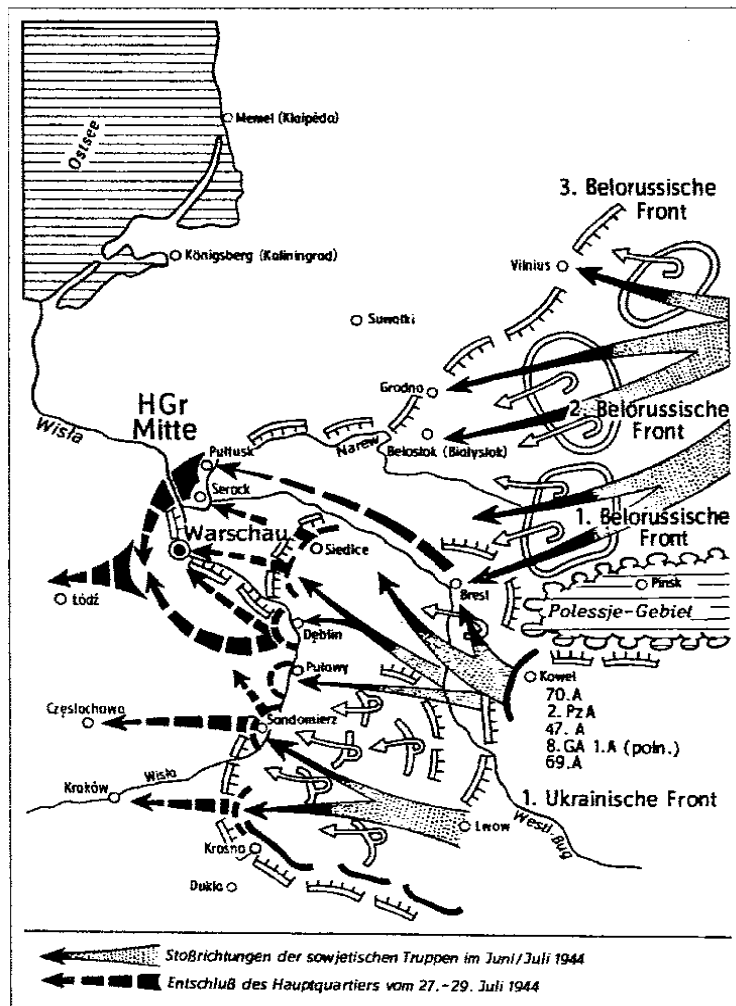
⁶⁵ Idem, ibidem, p. 78 e seg.

2. Durante este período é necessário realizar uma operação especial na ala esquerda da frente, com as forças do 69.º Exército, do 8.º Exército da Guarda, do 7.º Corpo de Cavalaria e do 11.º Corpo Blindado, para alargar a testa-de-ponte na margem ocidental do Vístula e colocar estas forças na linha Warka-Stromiec-Radom-Wierzbica. Para a realização desta operação é necessário que a 1.ª Frente Ucrâniana ceda o 1.º Exército Blindado Katukov à 1ª Frente Bielorrussa, e o dirija, a partir de Opatov, para Ostrowiec e Siemno com o objectivo de atacar na direcção Norte até à linha Zwolen-Radom, auxiliando assim o 69.º Exército, o 8.º Exército da Guarda, o 7.º Corpo de Cavalaria e o 11.º Corpo Blindado a destruir o inimigo.

Para além disso é necessário transferir a linha de separação entre a 1.ª Frente Bielorrussa e a 1.ª Frente Ucrâniana para Norte até à linha Krasnystaw-Ilzanka-Opoczno-Piotrkow Trybunalski. Isto compacta os dispositivos de combate dos exércitos na ala esquerda da 1.ª Frente Bielorrussa e intensifica a força de ataque das nossas tropas na direcção de Radom.

3. Depois da realização destas operações e tendo os exércitos da ala direita da frente avançado até à linha do Narew e os exércitos da ala esquerda até à linha Warka-Radom-Wierzbica, as tropas irão necessitar de pelo menos de cinco dias para deslocar as bases da força aérea, para trazer a artilharia e o apoio da retaguarda, assim para transportar munições e combustíveis.

4. Tendo em conta o tempo necessário para a preparação, podemos iniciar a Operação Varsóvia a 25 de Agosto de 1944 com todas as forças da frente com o objectivo de avançar até à linha Ciechanow-Plonsk-Wyszogrod-Sochaczew-Skierniewice-Tomaszow e ocupar Varsóvia. Para esta operação devem ser utilizados, no ataque a Norte do Vístula, três exércitos, o 1.º Corpo Blindado e o 1.º Corpo de Cavalaria; e no ataque a Sul do Vístula deve ser utilizado o 69.º Exército,



O Plano do Quartel-General do Comando Supremo para destruir o adversário na Polónia oriental e na zona de Varsóvia
 Fonte: Chtemenko, *Im Generalstab* (No Quartel-General), Vol. 2, Moscovo, 1973, Berlim, 1985, p. 87.

o 8.º Exército da Guarda, os 1.º e 2.º exércitos de blindados, dois corpos de cavalaria, um corpo de blindados e um exército retirado à ala direita.

Nesta operação, o 1.º Exército Polaco atacará na margem ocidental do Vístula, em cooperação com a ala direita e o centro da frente, com o objectivo de ocupar Varsóvia.»⁶⁶

Chtemenko conta que a situação na zona de Varsóvia foi várias vezes debatida no QG. Embora já não se recordasse com precisão das palavras ditas por Stáline, afirma que pode «garantir o sentido geral das considerações das feitas».

«Stáline confirmou que o governo polaco no exílio em Londres era responsável pela aventura de Varsóvia, iniciada sem o conhecimento do comando militar soviético e à revelia dos seus planos operativos. Afirmou que o Governo soviético considerava desejável que se constituísse uma comissão imparcial para apurar quem precisamente tinha ordenado o início da insurreição e quem era responsável pelo facto de o comando supremo soviético não ter sido previamente informado. Nenhum comando, nem o britânico, nem o americano admitiria que perante a sua frente de tropas, sem o seu conhecimento e em detrimento dos seus planos operativos, fosse organizada uma insurreição numa grande cidade. Evidentemente, também o comando soviético não podia ser uma excepção. Indubitavelmente, se tivesse sido consultado previamente sobre a oportunidade de uma insurreição em Varsóvia no início de Agosto, ter-se-ia oposto a tal propósito. As tropas soviéticas não estavam preparadas naquele momento para tomar Varsóvia por assalto, tanto mais que o adversário nessa altura já tinha transferido as suas reservas de blindados para esta região.

«Lançando um olhar escrutinador a todos os presentes, o Comandante Supremo continuou a argumentação no sentido de que ninguém poderia acusar a União Soviética de alegadamente ter prestado auxílio insuficiente ao povo polaco, nomeadamente em Varsóvia. As formas mais efectivas de auxílio são as acções de combate das tropas soviéticas contra os ocupantes alemães da Polónia, que já tinham permitido libertar mais de um quarto da Polónia. Tudo isto era obra única e exclusivamente das tropas soviéticas, que derramaram sangue pela libertação da Polónia.

«Restava uma forma de auxílio pouco eficiente aos varsovianos, designadamente através do lançamento aéreo de armas, medicamentos e mantimentos. Foram realizados vários lançamentos destes, no entanto, de cada vez, foi recebida a informação de que tudo caíra nas mãos dos alemães.

«Dado que Churchill e Roosevelt tinham escrito a I.V. Stáline sobre o auxílio aos insurrectos precisamente por via aérea, o Comandante Supremo disse que, se o Primeiro-Ministro e o Presidente acreditavam tão fortemente na eficácia desta forma de auxílio e insistissem na sua organização conjunta por parte do comando soviético com os ingleses e americanos, o governo soviético poderia concordar. Contudo era necessário que este auxílio fosse prestado segundo um plano previamente acordado.

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 80 e seg.

«No que respeita às tentativas de imputar ao governo soviético a responsabilidade pelo destino da revolta e pelas vítimas de Varsóvia, continuou o Comandante Supremo pensando em voz alta, só podem ser vistas como o desejo de fazer pagar o justo pelo pecador. O mesmo deveria dizer-se da afirmação de que a ajuda soviética contrariava alegadamente o espírito de cooperação dos aliados. Não podia haver dúvidas de que se o governo britânico tivesse tomado medidas no sentido de prevenir, no momento oportuno, o comando soviético da insurreição planeada, as coisas em Varsóvia teriam corrido de modo completamente diferente.

«I.V. Stáline pronunciou-se também no sentido de que a exposição verídica dos factos sobre os acontecimentos em Varsóvia ajudaria a opinião pública a condenar incondicionalmente os promotores irresponsáveis da insurreição de Varsóvia e a compreender correctamente a posição do governo soviético. Era apenas preciso procurar que a opinião pública conhecesse toda a verdade sobre os acontecimentos em Varsóvia.»⁶⁷

Depois de combates ferozes, as unidades do 47.º Exército e do 1.º Exército Polaco, este último chefiado pelo general Zygmunt Berling, puderam conquistar Praga a 13 de Setembro. Praga está situada na margem leste do Vístula. Este teria sido o momento correcto para o AK, a partir de Varsóvia, avançar para Leste até ao Vístula, para ocupar as pontes e impedir a sua destruição. Assim teria sido aberto um acesso ao centro da cidade para que as tropas da 1.ª Frente Bielorrussa, incluindo o 1.º Exército Polaco, libertassem Varsóvia dos fascistas. Mas era exactamente isso que as chefias do AK não queriam. E deram tempo aos fascistas para dinamitar as pontes sobre o Vístula.

«Pensámos», escreve Chtemenko, «que agora só o rio separava as tropas soviéticas e polacas dos insurrectos de Varsóvia. Mas as coisas revelaram-se muito mais complicadas, e a culpa disto foi o calculismo político predatório da chusma do Estado dos latifundiários.»⁶⁸

Depois de Rokossóvski informar de que as suas tropas não estavam em condições de libertar Varsóvia, Stáline ordenou que se melhorasse o abastecimento aéreo dos insurrectos com munições e outros meios, *«fazer todo o possível para prestar auxílio.»⁶⁹*

As tentativas de lançar armas e munições sobre Varsóvia, ainda na noite de 13 para 14 de Setembro, foram coroadas de êxito, *«no dia seguinte iniciou-se o abastecimento regular dos insurrectos.»⁷⁰*

O marechal Júkov, que tinha acabado de chegar da 1ª Frente Ucraniana, partiu imediatamente para a 1.ª Frente Bielorrussa por ordem de Stáline, que, claramente, não tinha desistido da libertação de Varsóvia. Disse a Júkov: *«Lá está entre os seus. Esclareça a situação de Varsóvia no local e tome as medidas necessárias. Não seria possível realizar uma operação especial para atravessar o Vístula, designadamente com as tropas de Berling... Seria muito importante. Juntamente com Rokossóvski,*

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 85 e seg.

⁶⁸ Idem, ibidem, p. 89.

⁶⁹ Idem, ibidem.

⁷⁰ Idem, ibidem.

*coloque pessoalmente esta tarefa aos polacos e ajude-os a organizar as coisas. Eles são pessoas ainda sem experiência.»*⁷¹

Júkov, Rokossóvski e Berling elaboraram em conjunto um plano de operações. O Vístula devia ser atravessado e a parte Sul de Varsóvia ocupada. A partir daí devia estabelecer-se contacto com os insurrectos na parte Norte da cidade e avançar-se na direcção Norte. Júkov considerava que *«seria muito bom, para além da cidade, criar uma testa-de-ponte em Varsóvia.»*⁷²

Pelas 21 horas de 16 de Setembro iniciou-se a travessia de tropas do 1.º Exército Polaco para a outra margem. Conseguiram formar uma testa-de-ponte na margem ocidental do Vístula.

A 16 de Setembro, o comando supremo do AK resolveu finalmente contactar a 1ª Frente Bielorrussa.⁷³

Travaram-se combates ferozes com inúmeras baixas pela testa-de-ponte na margem ocidental do Vístula. Júkov, Rokossóvski, Antonov (representante do Chefe do Estado-Maior) e Stáline estavam em contacto permanente. A 20 de Setembro, Júkov e Rokossóvski eram da opinião de que os combates pela destruição do inimigo na região de Varsóvia deviam continuar. Nessa altura, Stáline, o QG, o Estado-Maior General e a direcção política receberam notícias incríveis da testa-de-ponte situada na margem ocidental do Vístula: *«O comando supremo do AK, pela calada, minava por dentro as forças dos insurrectos. A 20 de Setembro chegaram a Praga sete oficiais do Estado-Maior do comandante da região de Varsóvia do AK, general Monter [A. Chrusciel]. Tinham sido incumbidos de assegurar a ligação entre o comando do Exército Vermelho e o Exército Polaco. Um destes oficiais declarou que Bor-Komorowski tinha dado a ordem secreta de forçar todos os destacamentos armados, que se orientavam pelo governo de Lublin, a submeter-se unicamente às suas ordens e eliminar os insubordinados.»*⁷⁴

A 21 de Setembro, a situação na testa-de-ponte de Varsóvia tornou-se crítica. As tropas alemãs atacavam a área com forte apoio da artilharia e de tropas blindadas. As unidades combatentes na testa-de-ponte do 1.º Exército Polaco encontravam-se isoladas das outras zonas de Varsóvia. A situação das unidades polacas tornou-se extremamente ameaçadora. Combatiam numa estreita faixa da margem e também estavam isoladas das forças principais do 1.º Exército Polaco. Nestas condições, como já se referiu antes, Rokossóvski ordenou a suspensão das acções de combate. Bor-Komorowski e o Governo no exílio em Londres são os responsáveis pelo fracasso desta operação. As unidades envolvidas do 1.º Exército Polaco foram retiradas para a margem leste do Vístula.

A 28 de Setembro, as tropas alemãs iniciaram a ofensiva geral em Varsóvia. Os últimos oficiais de ligação do 1.º Exército Polaco tiveram de abandonar os estados-

⁷¹ Idem, ibidem, p. 89 e seg.

⁷² Idem, ibidem, p. 90.

⁷³ Idem, ibidem, p. 91.

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 95.

maiores dos insurrectos, ao saber-se que «*agentes inimigos preparavam a sua eliminação física.*»⁷⁵

A direcção do AK capitulava a 2 de Outubro. Estranho que Bor-Komorwski não tivesse sido morto pelos fascistas alemães!? Apenas um pequeno grupo de insurrectos e soldados do 1.º Exército Polaco conseguiu atravessar o Vístula para o lado soviético. A insurreição custou a vida a mais de 200 mil habitantes de Varsóvia. Não possuo dados sobre o número de feridos. Centenas de milhares de varsovianos foram enviados para campos de concentração ou expulsos. A cidade foi quase completamente destruída.

A tragédia de Varsóvia foi a consequência da odiosa política anti-soviética do governo polaco no exílio em Londres e da direcção do AK, nomeadamente de Bor-Komorowski. Embora tenha lavado as mãos, também o Governo britânico não deu quaisquer passos sérios para impedir o crime do Governo polaco no exílio. Pelo contrário, continuou a considerá-lo como o governo «legítimo» da Polónia.

Apesar da derrota da insurreição, no QG e no Estado-Maior General, sob a direcção de Júkov e Rokossóvski, foram feitos planos para destruir o agrupamento inimigo em Varsóvia. A operação devia iniciar-se a 5 de Outubro. Contudo, a 4 de Outubro, o inimigo lançou uma grande ofensiva que foi travada, e os combates continuaram.

Só final de Outubro, Stáline desistiu de libertar Varsóvia a curto prazo.⁷⁶ A libertação total da Polónia, nomeadamente de Varsóvia, viria verificar-se durante a ofensiva do Inverno de 1944/45. Cerca de 600 mil soldados soviéticos deram a vida pela libertação da Polónia.

A honra de entrar na capital polaca foi dada ao 1.º Exército Polaco. As tropas da 1.ª Frente Bielorrussa tinham rompido a defesa alemã e avançaram rapidamente para a retaguarda dos agrupamentos inimigos em Varsóvia. As tropas alemãs tiveram de fugir de Varsóvia para não serem cercadas. Em 17 de Janeiro de 1945, o 1.º Exército Polaco, sob a direcção do tenente-general Stanislav Poplavski, recuperou de novo a sua capital.⁷⁷

⁷⁵ Idem, ibidem, p. 96.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 101.

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 102.

Índice de Nomes

(acrescentado pela edição portuguesa)

Anders, Wladyslaw (1892-1970), tenente-general do exército polaco, tornou-se comandante do Exército de Anders ou Segundo Corpo do Exército Polaco, constituído em território da URSS entre 1941 e 1942, com o acordo do Governo polaco no exílio em Londres. Não desejando combater ao lado das tropas soviéticas, pediu a transferência do seu exército para o Irão, onde veio a integrar o exército britânico em 1943. A seguir à libertação não reconheceu o governo do seu país, mantendo-se como um dos líderes da emigração anticomunista polaca.

Antipenko, Nikolai Aleksándrovitch (1901-1988), tenente-general, foi chefe da retaguarda do Exército Vermelho durante a II Guerra e comandante adjunto de várias frentes, designadamente da 1.^a Frente Bielorrussa entre 1941 e 1942. Leccionou na Academia Militar Superior K.E. Vorochílov entre 1948 e 1957, actividade que voltou a exercer a partir de 1962 na Academia Militar do Estado-Maior General. É autor de vários livros sobre a II Guerra.

Antonov, Aleksei Innokéntievitch (1896-1962), membro do partido desde 1928. Oficial militar na I Guerra, ingressou no Exército Vermelho em 1919, exercendo funções docentes na Academia Militar Frúnze entre 1938 e 1941. Na II Guerra é nomeado chefe do Estado-Maior de várias frentes, participa nas conferências de Iálta e de Potsdam. Em 1945 é nomeado chefe do Estado-Maior General e membro do Quartel-General do Comandante Supremo. Mais tarde, em 1955, é nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Tratado de Varsóvia.

Balfour, Arthur James (1848 -1930), político conservador britânico, foi primeiro-ministro do Reino Unido entre Julho de 1902 e Dezembro de 1905 e ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1916 e 1919. Pertence-lhe a chamada Declaração Balfour de 1917, a qual defendia a implantação de

uma pátria judaica na Palestina, então integrada no Império Otomano. Entre 1924 e 1929 fez parte do governo de Stanley Baldwin.

Beck, Józef (1894-1944)), político polaco, diplomata, oficial do exército e colaborador próximo de Józef Pilsudski. Foi vice-primeiro-ministro da Polónia (1932-32) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1932-39), praticando uma política de colaboração com a Alemanha nazi e de hostilidade para com a URSS. Em 1939, na sequência da invasão alemã, foge para a Roménia onde vem a falecer.

Berling, Zygmunt Henryk (1896-1980), general polaco, integrou a legião de Pilsudski em 1914 e combateu no exército austro-húngaro entre 1917 e 1918. É internado em campos de prisioneiros na URSS entre 1939 e 1941, mas ao contrário do general Anders, prefere permanecer em território soviético onde se torna comandante do Exército Polaco, cujas tropas integram a 1.^a Frente Bielorrussa participando na libertação da Polónia. Depois da guerra ocupa vários cargos públicos no seu país até 1970.

Bór-Komorowski, Tadeusz (1895-1966), general polaco, organizou e comandou a *Armia Krajowa* (exército do interior), que actuou na clandestinidade durante a ocupação nazi, período em que se tornou conhecido pelo pseudónimo de *Bór* (floresta). Procurando antecipar-se ao Exército Vermelho, que se aproximava da capital polaca, em Agosto de 1944 empreende unilateralmente a tentativa fracassada de tomar Varsóvia aos alemães, provocando um banho de sangue entre a população. Depois da libertação mantém-se como um dos líderes da emigração anticomunista polaca.

Chtemenko, Serguei Matéievitch (1907-1976), membro do partido desde 1930, ano em que conclui a Escola Militar de Artilharia de Sebástopol. Exerce funções de responsabilidade no Estado-Maior General

desde 1940, tornando-se chefe da Direcção de Operações em 1943. Em Novembro desse ano acompanha Stáline à conferência de Teerão. No Verão de 1944 coordena as acções das diferentes frentes. Após a guerra torna-se chefe do Estado-Maior General, primeiro vice-ministro da Defesa da URSS (1950-1952) e candidato do CC (1952-1957). Em 1968 é nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Unificadas dos Estados Signatários do Pacto de Varsóvia.

Churchill, Winston Leonard Spencer (1874-1965), político conservador britânico, foi oficial do exército britânico, correspondente de guerra, historiador, laureado com o prémio Nobel da Literatura em 1953. Aos 26 anos é eleito para o Parlamento exercendo vários cargos políticos até 1955: sub-secretário das Colónias (1905), ministro do Interior (1910-11), primeiro lorde do Almirantado (1911-14), ministro do Armamento (1917), secretário de Estado da Guerra (1919-1920), secretário de Estado das Colónias (1921-22), chanceler do Tesouro (1924-29), primeiro-ministro (1940-45 e 1951-55).

Eden, Robert Anthony (1897-1977), conservador britânico, ministro dos Negócios Estrangeiros em três períodos (1934-35, 1935-38 e 1940-45), liderou a oposição parlamentar entre 1945 e 1951, tornando-se primeiro-ministro entre 1955 e 1957.

Fáline, Valentine (1926), diplomata soviético, membro do partido desde 1953 e do CC entre 1989 e 1991 (candidato entre 1986 e 1989). Alto funcionário dos Negócios Estrangeiros da URSS, foi membro da Comissão de Controlo Soviética na Alemanha a partir de 1950, embaixador na RFA entre 1971 e 1978. Em 1986 torna-se presidente da *Agência de Imprensa Novosti*, dirigindo a Secção Internacional do CC do PCUS entre 1989 e 1991.

Himmler, Heinrich Luitpold (1900-1945), comandante das SS e uma das principais figuras da Alemanha nazi, coube-lhe a organização e administração dos campos de extermínio na Polónia. Quando a derrota se tornou evidente, tentou negociar a

paz separada com o Reino Unido e os Estados Unidos. Preso em Maio de 1945 pelos britânicos, suicida-se no próprio dia da detenção.

Hopkins, Harry (1890-1946), político norte-americano, foi um dos conselheiros de Roosevelt. Nos anos 30 torna-se conhecido como responsável federal pelos programas públicos de criação de emprego nos EUA. Defensor da aliança antinazi, participou nas conferências de Teerão, Iálda e Potsdam.

Júkov, Gueórgui Konstantínovitch (1896-1974), membro do partido desde 1919, do CC (1953-57), candidato (1941-46), do *presidium* do CC (*Politburo*) em 1957, candidato desde 1956. Ingressou no Exército Vermelho em 1918, foi comandante da região militar da Bielorrússia (1938-39), da região especial de Kíev (1940-1941), chefe do Estado-Maior General e vice-comissário da Defesa (entre Janeiro e Julho de 1941). Durante a II Guerra integra o Quartel General do Comandante Supremo (*Stavka*), comanda diversas frentes, torna-se primeiro vice-comissário da Defesa (1942-45) e adjunto do Comandante Supremo. Entre 1945-46 é o comandante principal dos exércitos soviéticos na Alemanha. Em 1946 comanda as regiões militares de Odessa e dos Urais. Volta ao Ministério da Defesa em 1953 como ministro-adjunto e ministro (1955-57). É aposentado em 1958.

Krainiukov, Valentine Konstantínovitch (1902-1975), membro do partido desde 1920, ingressou no Exército Vermelho em 1919, combate na guerra civil, tornando-se funcionário político no exército em 1922. Em 1940 é promovido a vice-comandante da secção política do 2.º Corpo de Cavalaria, integrando os conselhos militares de vários exércitos durante a II Guerra, designadamente na 1ª Frente da Ucrânia, a partir de 1943. Dirigiu a Academia Político-Militar V.I. Lénine (1948-49) e a Direcção Política Principal do Exército Soviético (1949-53). Aposentou-se em 1969, tendo deixado o livro de memórias *Uma Arma de Tipo Especial*, publicado em 1978.

Leeper, Reginald Wildig Allen (1888-1968), diplomata britânico, chefe do *Political*

Intelligence Department (1938), onde iniciou a sua carreira. Foi embaixador junto do Governo grego no exílio (1943-44) e a seguir à libertação (1944-46), mantendo o apoio à monarquia contra o movimento progressista de libertação.

Mékhlis, Lev Zakhárovitch (1889-1953), membro do partido desde 1918, do CC desde 1937 (candidato desde 1934). Trabalhou no aparelho do CC e no Comissariado da Inspeção Operário-Camponesa (1921-26), foi redactor do *Pravda* (desde 1930), chefe da Direcção de Propaganda Política do Exército Vermelho e vice-comissário da Defesa (1937-40 e 1941-42), comissário do Controlo Estatal e vice-presidente do Conselho dos Comissários do Povo (1940-41), ministro do Controlo Estatal (1946-50).

Mikolajczyk, Stanislav (1901-1966), político polaco, primeiro-ministro do Governo no exílio em Londres (1943-44). Foi o único dos políticos exilados que regressou à Polónia em 1945 e integrou o governo provisório de unidade nacional na qualidade de vice-primeiro-ministro e ministro da Agricultura. Porém, em 1947, com o apoio do embaixador britânico, abandonou secretamente o país e fixou-se nos Estados Unidos até ao fim da vida.

Mólotov, Viatcheslav Mikháilovitch (1890-1986), membro do partido desde 1906, do CC (1921-57) do *Politburo* (1926-57). Membro do Conselho Revolucionário de Petrogrado (1917), secretário do Comité Central do PC da Ucrânia (1920), presidente do Conselho de Comissários do Povo (1930-41) e comissário/ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS (1939-1949 e 1953-1956). Em 1957 é acusado de pertencer ao grupo antipartido, com Kaganóvitch e Malenkov, e enviado como embaixador para a República Popular da Mongólia. Expulso do partido em 1961 foi reintegrado em 1984.

«**Monter**», Antoni Chrusciel (1896-1960), oficial polaco, foi um dos chefes do exército clandestino na Polónia após a invasão alemã. Comandou os destacamentos de insurrectos em Varsóvia no Verão de 1944. Após a derrota da insurreição, é levado para um campo de prisioneiros na

Alemanha, onde permaneceu até ser libertado em 1945 pelas tropas norte-americanas. Instala-se no Reino Unido e mais tarde nos EUA.

Moskalenko, Kirill Semiónovitch (1902-1985), membro do partido desde 1926, entrou para o Exército Vermelho em 1920, como soldado raso, seguindo a carreira militar. Durante a II Guerra é promovido a major-general, sendo designado comandante de várias formações militares. Participa nas batalhas de Stalingrado, Kursk, Khárkov, Kíev e Praga, entre outras. Depois da guerra foi comandante de várias regiões militares. Nomeado marechal (1955), comandante-em-chefe do Exército de Mísseis Estratégicos (1960) e vice-ministro da Defesa da URSS (1962), recebeu as mais altas condecorações da URSS. É autor do livro *Na Direcção Sudoeste, Memórias de um Comandante* (1973).

Osóbka-Morawski, Edward Boleslaw (1909-1997), socialista polaco, foi presidente do Comité Polaco de Libertação Nacional, formado em Lublin (Julho a Dezembro de 1944), primeiro-ministro (Dezembro de 1944 a Fevereiro de 1947) e ministro da Administração Pública (1947-49), entre outros cargos.

Papandréou, Gueórguios (1888-1968), político grego, três vezes primeiro-ministro da Grécia (1944-45, 1963 e 1964-65). Formado em Direito, foi governador das ilhas do Egeu (1917-20), eleito deputado em 1923 e designado ministro da Educação entre 1930 e 1932. Durante a ocupação nazi exilou-se no Egipto com a família real, tornando-se aí primeiro-ministro do Governo no exílio. Ascende ao poder após a libertação em Outubro de 1944. Em 1961 funda o Partido Liberal União do Centro, que vence as eleições de 1963 e surge como favorito nas eleições de 1967, suspensas pelo golpe de Estado dos coronéis em 21 de Abril de 1967.

Papen, Franz Joseph Hermann Michael Maria von (1879-1969), político e diplomata alemão, foi chanceler da República de Weimar em 1932, integrando o Governo de Hitler como vice-chanceler entre Janeiro de

1933 e Agosto de 1934. Serviu como embaixador na Áustria (1934-38) e na Turquia (1938-44). Capturado em 1945 pelas tropas norte-americanas, é julgado e absolvido pelo Tribunal de Nuremberga.

Pilsudski, Józef Klemens (1867-1935), nacionalista polaco, preso em 1887 pela preparação de um atentado contra o tsar Alexandre III, aderiu ao Partido Socialista Polaco (PSP) em 1892. Na revolução de 1905-07 opõe-se à acção conjunta do proletariado polaco e russo, constituindo a fracção nacionalista no PSP e grupos de combate terroristas. Na I Guerra comanda a Legião Polaca, combatendo contra a Rússia ao lado dos austro-húngaros. Apoiado pela ala direita do PSP, é proclamado «ditador do Estado» em 1918. Reprime o movimento revolucionário e instaura, por golpe militar em 1926, um regime fascista, mantendo-se na liderança do país quase até à morte.

Poplavsky, Stanislav Gilyarovich (1902-1973), militar soviético, nascido na Ucrânia filho de pais polacos. Em 1923, entra para o Exército Vermelho, onde segue a carreira militar. Adere ao PCU(b) em 1928. Frequenta a escola militar e a Academia Frúnze, tornando-se instrutor de táctica militar. Já em plena guerra, é promovido a major-general (1944) e designado comandante do 2.º Exército Polaco e depois do 1.º Exército Polaco. Participa na libertação de Varsóvia e na batalha de Berlim. Depois da guerra ocupa o cargo de vice-ministro da Defesa da Polónia e é eleito membro do CC do POUP. Regressa à URSS em 1956, onde trabalha no Ministério da Defesa até passar à reserva em 1963.

Rokossóvski, Konstantine Konstantínovitch (1896-1968), nascido em Varsóvia, filho de pai polaco e mãe bielorrussa, tornou-se membro do PCU(b) em 1919 e candidato do CC em 1961. Marechal da União Soviética (1944), comandou os exércitos em grandes batalhas durante a II Guerra Mundial, designadamente Moscovo, Briansk e Donsk. A pedido do governo polaco e com concordância das autoridades soviéticas, foi ministro da Defesa e vice-presidente do Conselho de Ministros da Polónia (1949-56).

Após regressar à URSS, é nomeado vice-ministro da Defesa (1956-57 e 1958-62). Foi deputado do Soviete Supremo da URSS (1946-49 e 1958).

Roosevelt, Elliot (1910-1990), filho do presidente Roosevelt, foi oficial da Força Aérea dos EUA, tendo realizado 300 missões de combate na II Guerra. Depois da vitória, a par de várias actividades, desde a criação de cavalos à direcção de uma estação de rádio que compra no Texas, escreve vários livros policiais e de memórias sobre a família, designadamente *As He Saw It* («Como o Meu Pai os Via»), onde descreve, entre outros, as conferências internacionais em que acompanhou o pai durante a guerra.

Roosevelt, Franklin Delano (1882-1945), 32.º presidente dos Estados Unidos (1933-45), o único a ser eleito para quatro mandatos. Em 1910, vence a eleição para senador no Estado de Nova Iorque, ocupando o cargo de secretário adjunto da Marinha, em 1913, sob a presidência de Wilson. Em 1929 é eleito governador do Estado de Nova Iorque e consegue derrotar Herbert Hoover nas presidenciais de 1932. Em plena depressão económica lança um programa para a recuperação da economia, que ficou conhecido como *New Deal*, e funda a Segurança Social já no final da década. Participa nas conferências de Teerão e Iálda ao lado de Churchill e de Stáline e tem um papel activo na concepção da Organização das Nações Unidas.

Rydz-Smigly, Edward (1886-1941), militar e político polaco, marechal (1936) e comandante supremo das Forças Armadas (1939). Após a morte de Pilsudski (1935) torna-se a segunda figura do Estado depois do presidente Ignacy Moscicki.

Schellenberg, Walther Friedrich (1910-1952), membro do partido nazi desde 1933, alto funcionário das SS do regime nazi, *brigadeführer* em 1944 (patente similar à de major-general), foi chefe dos serviços de contra-espionagem da segurança do Estado. Depois da capitulação da Alemanha foi julgado no Tribunal de Nuremberga por crimes de guerra, sendo condenado, em Abril de 1949, a seis anos de prisão. Todavia é

libertado por doença em 1950, acabando os seus dias na Itália. A sua figura é retratada no romance de Iúliane Semiónov *Dezassete Instantes de uma Primavera*, que relata as tentativas de altos responsáveis nazis para firmar uma paz em separado com os EUA.

Scobie, Ronald MacKenzie (1893-1969), oficial britânico, general de brigada na II Guerra, ocupa vários postos de comando no Médio Oriente, no Sudão e na Líbia. Em Dezembro de 1943 é nomeado comandante do 2.º Corpo do Exército Britânico que foi enviado para a Grécia com a missão de expulsar os alemães e reprimir o movimento progressista de libertação nacional.

Sosnkowski, Kazimierz (1885-1969), militar polaco, ministro da Defesa (1920-23 e 1923-24), general (1936), integrou o Governo polaco no exílio em Londres, tornando-se chefe das forças armadas polacas, após a morte de Wladyslaw Sikorski em 1943. Depois da guerra fixou-se no Canadá.

Subbotine, Nikita Egorovitch (1904-1968), membro do partido desde 1929, funcionário político do Exército Vermelho, tenente-general desde 1944. Durante a II Guerra integrou conselhos militares de vários exércitos, designadamente da 4.ª frente ucraniana e da 2.ª frente bielorrussa (1944). Participou no comando das tropas nas grandes batalhas do Báltico, Leningrado, Stalingrado e Kursk, e nas operações da Ucrânia, Crimeia, Prússia Oriental e Berlim.

Depois da guerra ocupou diferentes postos militares, aposentando-se em 1959.

Tippelskirch, Kurt Oskar Heinrich Ludwig Wilhelm von (1891-1957), general de Infantaria da *Wehrmacht* (1942), comandou a 30.ª Divisão de infantaria na frente leste (de Janeiro de 1941 a Julho de 1942), assumindo a seguir funções de comando em várias formações militares: 8.º Exército Italiano (1942-43), 12.º corpo do grupo de exércitos do «Centro», 4.º Exército, 1.º Exército na Lorena, 14.º Exército na Itália e por fim o 21.º Exército, na retirada da frente leste. Depois da guerra dedicou-se à investigação histórica, tendo publicado a *História da Segunda Guerra Mundial*.

Tsolakoglou Gueórguios (1886-1948), general grego, ocupou o cargo de primeiro-ministro do governo colaboracionista (1941-42), durante a ocupação fascista da Grécia. Após a libertação foi preso, julgado por um tribunal especial e condenado à morte, pena que foi comutada em prisão perpétua, vindo a morrer de leucemia.

Woodward, Ernest Llewellyn (1890-1971), historiador britânico, autor várias obras sobre a história da Inglaterra, designadamente de cinco volumes sobre a política externa britânica durante o período da II Guerra, incluídos na enciclopédica *History of the Second World War*.